

Diário do Legislativo de 17/09/1997

SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATAS

2.1 - 118ª Reunião Ordinária de Debates

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Plenário

5.2 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

LEI

LEI Nº 12.595, DE 30 DE JULHO DE 1997

Estabelece as diretrizes para o Orçamento Fiscal e o Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1998.

Dispositivos da Proposição de Lei nº 13.427, que se converteu na Lei nº 12.595, de 30 de julho de 1997, vetados pelo Senhor Governador do Estado e mantidos pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do art. 70, § 8º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo os seguintes dispositivos da Proposição de Lei nº 13.427:

Art. 9º -

XII - demonstrativo regionalizado do montante e da natureza dos investimentos em obras previstos para 1998, especificados por município, exceto no que se refere ao Poder Judiciário, que os especificará por região do Estado;

Art. 50 - Acompanharão os projetos de lei de autoria do Governador do Estado exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

Parágrafo único - Os projetos de que trata o "caput" deste artigo, se contiverem previsão de aumento de despesa, deverão ser acompanhados de memória de cálculo que demonstre o impacto financeiro-orçamentário de sua execução.

Art. 51 - Não será apreciado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, sem que se apresente a estimativa da renúncia de receita correspondente bem como as despesas programadas que serão anuladas.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 16 de setembro de 1997.

Deputado Romeu Queiroz - Presidente

Deputado Elmo Braz - 1º-Secretário

Deputado Ivo José - 2º-Secretário

ATAS

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Geraldo Rezende - Ivo José - Adelmo Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Arnaldo Penna - Baldonedo Napoleão - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Gil Pereira - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Martini - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Neste momento, a Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 23 do Regimento Interno, destinar a 1ª Parte desta reunião à comemoração do transcurso do centenário do nascimento do Dr. Mário Penna. Estão suspensos os nossos trabalhos.

- A ata desta parte da reunião será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 16, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.) Levanta-se a reunião.

ATA DA 63ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa do consumidor

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, Ambrósio Pinto, João Leite e Ajalmar Silva (este em substituição ao Deputado José Militão, por indicação da Liderança do PSDB), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Ajalmar Silva que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que, a partir de hoje, os Deputados poderão fazer o registro de suas presenças nas comissões no posto de habilitação aqui instalado. A seguir, o Presidente dá ciência aos Deputados do recebimento dos avulsos relativos ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.159/97 e do Projeto de Lei nº 1.336/97. A reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão, a ouvir o Sr. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG, e o Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Supervisora dos Juizados Especiais, que prestarão esclarecimentos sobre o desempenho dos juizados especiais no Estado e a implantação do Juizado do Consumidor nesta Capital. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado João Leite procede à leitura de requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a realização de audiência pública da Comissão para se discutir a situação dos moradores do Bairro Jardim Serra Verde, de Belo Horizonte, com a presença dos Srs. Bernardo Gama Filho, Inês Maria de Assis Carvalho, Darcy Pessoa e Fernando Sarabando, representantes de entidades públicas e privadas. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Em seguida, o Deputado Geraldo Nascimento passa a Presidência ao Deputado João Leite, tendo em vista que a matéria a ser apreciada é de autoria do Deputado Geraldo Nascimento. Ato contínuo, o Deputado Geraldo Nascimento apresenta requerimento, em que solicita sejam ouvidos na Comissão os Srs. Gluecir Carvalho, Presidente da Associação dos Clientes da ENCOL em Belo Horizonte; Vanderli Dias, Superintendente da ENCOL em Minas Gerais; Paulo Roberto Henrique, Presidente do SINDUSCON; Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON-BH, e Fernando Sarabando, Promotor de Justiça, os quais discutirão sobre a crise da ENCOL, a situação dos mutuários e a repercussão de uma possível falência no mercado da construção civil. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Prosseguindo, a Presidência registra a presença dos Srs. Cláudio Péret Dias, membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG, representante do Sr. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG, e do Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Supervisora dos Juizados Especiais. Logo após, tece as considerações iniciais relativas ao objetivo da reunião. Ato contínuo, o Presidente concede a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abrem-se os debates entre convidados e os Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente - Ambrósio Pinto - José Militão.

ATA DA 65ª REUNIÃO Ordinária da comissão de fiscalização financeira e orçamentária

Às dez horas e dez minutos do dia quatro de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Roberto Amaral, Antônio Roberto, José Braga e Gilmar Machado, membros da Comissão supracitada. Encontram-se presentes, também, os Deputados Ailton Vilela, Antônio Júlio e Arnaldo Penna. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Drs. Antônio Aureliano Sanches de Mendonça, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Mauro Roberto Soares de Vasconcellos, Diretor-Geral do DER-MG, e Marcelo Marinho Couto, Diretor-Geral do DEOP-MG, os quais irão prestar informações sobre os planos e programas de obras estaduais e, após, apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência registra a presença do Dr. Marcelo Marinho

Couto, a quem convida a tomar assento à Mesa. A seguir, procede à leitura do "fax" encaminhado pelo Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, Dr. Antônio Aureliano Sanches de Mendonça, no qual explica o motivo do seu não-comparecimento a esta reunião. Após, o Deputado Miguel Martini transfere a Presidência dos trabalhos ao Deputado José Braga para apresentar requerimento de sua autoria. Com a palavra, o Deputado Miguel Martini esclarece que, devido à ausência do Diretor-Geral do DER-MG, Mauro Roberto de Vasconcelos Soares, requer, nos termos regimentais, sejam tomadas as providências cabíveis, de acordo com o disposto no art. 54, "caput", e 62, inciso XXXI, da Constituição do Estado, para apuração da responsabilidade decorrente do não-atendimento do que foi solicitado nos Ofícios nºs 3.053/96/SGM, datado de 28/11/96, e 1.069/97/SGM, datado de 2/6/97, bem como da responsabilidade decorrente do não-atendimento da convocação feita por esta Comissão, solicitando o seu comparecimento a esta reunião. Posto em votação, é o requerimento aprovado. Após, o Presidente reassume a direção dos trabalhos e, por ser o autor do requerimento que motivou o convite, tece as considerações iniciais sobre o assunto. A seguir, passa a palavra ao Dr. Marcelo Marinho Couto; este solicita à Presidência que, em virtude da ausência dos demais convidados, para esta reunião seja marcada nova data. O Presidente, após consultar os membros da Comissão, decide adiar a reunião para as 10 horas do dia 18/9/97. A seguir, agradece ao Dr. Marcelo Marinho Couto a presença e suspende os trabalhos para a saída do convidado. Reaberta a reunião, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia. Devido à ausência do relator, Deputado Sebastião Navarro Vieira, a Presidência solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura do parecer, mediante o qual o relator conclui pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Posto em votação, é o parecer aprovado. Em seguida, o Presidente informa que continua em discussão o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.046/96, em virtude de haver sido aprovado na reunião de 28/8/97 o requerimento do Deputado Durval Ângelo, solicitando adiamento da discussão. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Após, o Deputado Roberto Amaral, relator do Projeto de Resolução nº 1.207/97, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto. Quanto ao Projeto de Lei nº 1.208/97, o relator, Deputado José Braga, emite parecer mediante o qual conclui pela sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia. O Presidente defere o requerimento do Deputado Leonídio Bouças no qual solicita seja retirado de tramitação o Requerimento nº 1.976/97, solicitando isenção de ICMS para os atacadistas ou maquinistas de café, em conformidade com o disposto no art. 122, inciso XI, c/c o art. 244, VIII, do Regimento Interno. Após, o Deputado José Braga, relator dos Requerimentos nºs 2.244 e 2.248/97, emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos requerimentos com emendas que receberam o nº 1. Postas em votação, são as proposições aprovadas. A seguir, o Deputado Roberto Amaral emite parecer sobre o Requerimento nº 2.245/97, mediante o qual conclui pela aprovação da proposição. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Às 11h12min, a Presidência comunica aos Deputados o recebimento de "fax" do Eng. Mauro Roberto de Vasconcelos Soares, Diretor-Geral do DER-MG, justificando sua ausência à reunião. Em virtude desta justificativa, o Presidente retifica o requerimento que apresentara, solicitando apuração de responsabilidades do Diretor-Geral do DER-MG, fazendo retirar do texto a expressão "bem como da responsabilidade decorrente do não-atendimento da convocação feita por esta Comissão, solicitando o seu comparecimento a esta reunião", o que é aprovado pelos demais membros. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 1997.

Miguel Martini, Presidente - Roberto Amaral - José Braga - Antônio Roberto - Durval Ângelo.

ATA DA 38ª REUNIÃO Extraordinária da comissão de redação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia nove de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, Wilson Trópia, Ailton Vilela e Arnaldo Penna, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Ailton Vilela que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Arnaldo Penna emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.291/97. Colocado em discussão e votação, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 1997.

Ailton Vilela, Presidente - Arnaldo Penna - Bilac Pinto.

ATA DA 22ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às quinze horas e quinze minutos do dia dez de setembro de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Carlos Pimenta, Hely Tarquínio e Adelmo Carneiro Leão, membros da Comissão supracitada. Encontram-se presentes, também, os Deputados Ivo José, Roberto Amaral, Marco Régis, Rêmolo Aloise, Francisco Ramalho, Arnaldo Penna, José Bonifácio, José Braga e Ailton Vilela. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Carlos Pimenta que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência lê correspondência do Deputado Federal Eduardo Jorge, justificando sua ausência. Prosseguindo, o Presidente esclarece que a reunião se destina a ouvir os seguintes convidados: Srs. Rafael Guerra Pinto Coelho, Secretário de Estado da Saúde; Cristiano Augusto Bicalho Canedo, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Saúde; Jader Bernardo Campomizzi, Diretor do Sindicato dos Médicos; Marx Golgher, Conselheiro do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Arlen de Paula Santiago Filho, Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde; Mozart de Oliveira Júnior, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Saúde Coletiva e Nutrição - NESCON e Esonilson Siqueira Alves, Secretário Municipal de Ipatinga, os quais prestarão informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/93, em tramitação no Congresso Nacional, e sobre o REFORSUS. Comparecem, também, diversas autoridades, ligadas à área de saúde, da região do vale do Aço. A Presidência passa a palavra ao Deputado Ivo José, autor do requerimento que motivou o convite. O Sr. José Rafael Guerra inicia sua exposição, sobre a referida proposta de Emenda à Constituição. Participam dos debates os Srs. Esonilson Siqueira e Jader Bernardo Campomizzi e o Deputado Carlos Pimenta. O Deputado Ivo José apresenta requerimento em que solicita seja encaminhada moção aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, manifestando a posição desta Comissão e dos demais presentes à reunião de debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 169/93. A seguir, passa a ler a moção. Isto feito, a Presidência submete à votação o requerimento, que é aprovado. Logo após, a assessoria recolhe assinaturas de todos os presentes em apoio ao documento apresentado. Ato contínuo, o Presidente passa a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que motivou o convite para se discorrer sobre o REFORSUS. O Sr. Marx Golgher inicia sua exposição, seguido pelo Sr. Arlen Santiago, que faz uso de transparências, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates todos os convidados e parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e das diversas autoridades, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada em 11/9/97, às 9:00 horas, no Auditório, com a finalidade de se ouvirem autoridades e representantes da sociedade civil sobre o tema habitação e saneamento, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Carlos Pimenta - Jorge Hannas - Adelmo Carneiro Leão.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 295ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA,

EM 16/9/97

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 1.316/97, do Governador do Estado, com a Emenda nº 1.

Em redação final: Projeto de Lei nº 778/96, do Deputado Miguel Martini.

ORDENS DO DIA

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247, da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/95, do Deputado Leonídio Bouças, que acrescenta inciso ao art. 63 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/96, do Deputado Marcos Helênio, que suprime o § 2º do art. 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/96, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição Estadual e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/97, do Deputado José Bonifácio, que dá nova redação ao art. 134 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.296/97, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 10.624, de 16/1/92. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.294/97, do Governador do Estado, que cria cargos no Quadro Especial de Pessoal da Universidade Estadual de Montes Claros e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.317/97, do Deputado Arnaldo Penna, que altera dispositivo da Lei nº 12.428, de 27/12/96, que trata da distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/97, do Deputado José Bonifácio, que altera a Lei nº 11.402, de 14/1/94, que cria o Fundo Penitenciário Estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.207/97, da Comissão de Agropecuária e Política Rural, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.208/97, da Comissão de Agropecuária e Política Rural, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 17/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, a realizar-se às 9h30min do dia 17/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.271/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.278/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.132/97, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimento nº 2.302/97, do Deputado Paulo Piau.

Assunto: debater sobre o PRODETUR - Nordeste.

Convidado: Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da TURMINAS.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 17/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.296/97, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.233/97, do Deputado Ivair Nogueira.

Ordem do dia da 65ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 17/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Srs. Benito Kersevan, Presidente da Industrial Malvina S.A.; João Batista dos Mares Guia, Assessor Especial do Governador do Estado para Assuntos de Reforma Agrária; Ricardo Afonso Veloso, Prefeito Municipal de Bocaiúva; Wilson Luiz da Silva, Presidente da FETAEMG; Manoel Xisto de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da FAEMG; e Rui Barbosa de Bastos, Presidente do Sindicato Rural de Bocaiúva, que discutirão os problemas decorrentes da desativação da empresa Industrial Malvina S.A., localizada em Bocaiúva.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 17/9/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.321/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.300/97, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.134 e 1.258/97, do Deputado José Militão; 1.320/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.334/97, do Deputado Baldonado Napoleão; 1.323/97, do Deputado Geraldo Rezende; 1.341/97, do Deputado Olinto Godinho; 1.330/97, do Deputado Paulo Piau; 1.331/97, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 17/9/97, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n°s 19/95, do Deputado Geraldo Nascimento, que dispõe sobre a identificação do usuário dos transportes coletivos urbanos, para fins do disposto no art. 230, § 2º, da Constituição Federal, e 42/97, do Governador do Estado, que altera a redação do "caput" do art. 142 da Constituição do Estado; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de setembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 40/97

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Martini, Paulo Piau, Ailton Vilela, José Militão, Arnaldo Penna, Jorge Hannas, Gil Pereira, Paulo Schettino, Antônio Andrade, Jorge Eduardo de Oliveira, Gilmar Machado, José Braga, Ronaldo Vasconcellos e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/9/97, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 1997.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anivaldo Coelho, Antônio Roberto, Ronaldo Vasconcellos e Kemil Kumaira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/9/97, às 10 horas, na Sala das Comissões, destinada a discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei n° 1.089/97, do Deputado Ivo José.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1997.

Raul Lima Neto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Militão, Ambrósio Pinto, Antônio Andrade e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/10/97, às 13h30min, na Câmara Municipal de Itabira, situada na Avenida Carlos Drummond de Andrade, 651, destinada à realização de audiência pública com representantes dos PROCONS estadual e municipal e da OAB-MG, que prestarão esclarecimentos a Prefeitos, Vereadores, presidentes de entidades, diretores de escolas e demais participantes sobre o tema Municipalização da Proteção do Consumidor.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI N° 1.132/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De autoria do Deputado Wanderley Ávila, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a Loja Maçônica União e Fraternidade Palmense, com sede no Município de Palma.

Aprovada a proposição no 1º turno, sem emenda, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

Fundamentação

Reafirmando o posicionamento anterior desta Comissão sobre o assunto, reconhecemos a importância de se declarar de utilidade pública a entidade já mencionada, em virtude das ações beneficentes que desenvolve em prol dos necessitados e dos serviços de divulgação da maçonaria e de seus valores ligados à fraternidade e à prática dos bons costumes.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei n° 1.132/97 na forma proposta.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1997.

Marco Régis, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, imprensa, amigos da TV do Legislativo que acompanham os nossos trabalhos ao vivo, TV que tive a oportunidade de criar a fim de mostrar o trabalho da Assembléia Legislativa para Belo Horizonte e, brevemente, para Minas Gerais, através dos satélites; nestes quase três anos de mandato, tive a oportunidade de ter um aprendizado humano imenso: a convivência com os companheiros desta Casa, sempre tão enriquecedora; o aprimoramento político, conseguido através da nossa atividade diária; a participação, cada vez mais crescente, na vida da comunidade, seja através de seus problemas, seja através do compartilhamento de seus sonhos, tudo isso me fez maior, mais perto de atingir a perfeição que todos buscamos, à imagem de Deus.

Mas poucas coisas que vivi aqui se comparam à emoção que senti há dois domingos, quando entreguei uma verba de subvenção social à cidade de Carmo do Paranaíba, para a sua APAE adquirir um carro. Já havia participado com doações diversas para creches, asilos, associações comunitárias e pude comprovar a importância de nossa solidariedade para com os menos favorecidos, mas nada se comparou ao que pude presenciar em Carmo do Paranaíba. A alegria espontânea das pessoas assistidas por aquela entidade me marcou profundamente. Os abraços afetuosos, os sorrisos puros e confiantes me levaram à compreensão de que, independente da destinação política que damos às verbas, estamos distribuindo, sim, um pouco de esperança a quem dela necessita. Senti-me imensamente gratificado, ao lado de minha esposa, Francilene, que, junto comigo, como em todos os momentos, compartilhava daquele momento de profunda emoção. Choramos e rimos, num misto de glorificação a Deus por nos dar a oportunidade de levar um pouco de consolo a quem precisa.

A APAE, em todos os cantos, tem um trabalho iluminado pela sabedoria divina, transmutado na abnegação de muitas pessoas, como as que atuam em Carmo do Paranaíba, lideradas pela Diretora Maria Renilda de Oliveira Pires. E, ao receber aquela manifestação de gratidão dos pais, das professoras e dos funcionários da entidade, eu é que agradeço a oportunidade de ter crescido um pouco mais, em busca de aperfeiçoamento espiritual. Agradeço, também, o imenso carinho que recebi da população da cidade, que fez uma festa maravilhosa para nós, com carreatas e muitos abraços. E o hino da APAE resume todo o nosso sentimento, ao dizer: "Para mim existe um lugar, um lugar especial onde eu aprendo e sou feliz. Sou criança como as outras. Levo a vida a brincar. Não importa se sou lento. Ainda chego lá".

E, ao falar da APAE de Carmo do Paranaíba, quero registrar uma notícia triste, que abalou toda a comunidade das APAEs. Domingo faleceu a ex-Diretora da APAE de Itabirito, Dona Irani Salvador de Oliveira, reconhecidamente a verdadeira alma daquela entidade, mãe do ex-Prefeito Waldir Salvador da Silva Júnior. Sua vida foi um contínuo dedicar-se à causa do bem estar do próximo, desde os tempos em que foi Diretora da Escola Manoel Salvador da Silva. Com um trabalho de mais de 10 anos à frente da APAE, soube transformá-la num exemplo de dinamismo para toda a região. Sob sua batuta, a APAE de Itabirito cresceu, consolidou-se, segundo um elevado espírito de solidariedade, que fez com que toda a população da cidade fosse partícipe de seu sucesso. Ao partir desta terra, Dona Irani deixa um exemplo de dedicação e amor ao próximo, que se traduz na alegria de todas as pessoas assistidas pela APAE e, também, na dignidade de seus filhos, que, ao acompanhar seus passos, compartilham do ideal de minorar o sofrimento humano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de agradecer, de público, ao Secretário João Pinto Ribeiro, pela colaboração. Fiz um pedido para Amarantina, distrito de Ouro Preto, que dista pouco mais de 20km daquela cidade: mostrei a importância da festa regional do distrito ao Secretário João Pinto Ribeiro, mostrei a importância da construção de um campo de futebol. E o meu pedido foi atendido. Estarei entregando o meu pedido a toda a população, para que saiba exatamente quem pediu ao Secretário João Pinto Ribeiro a execução do campo de futebol, que vai ser construído agora. Secretário está na Secretaria para atender às reivindicações da população. Como porta-voz do povo daquela região, agradeço ao Secretário João Pinto Ribeiro, por atender a um pedido deste Deputado.

Gostaria, também, de agradecer ao Secretário da Saúde, Guerra, que, através de um pedido nosso, atendeu à Santa Casa da cidade de Serro. Quero, ainda, agradecer ao meu amigo, ex-Vereador e Secretário Amílcar Viana Martins, que, também para a cidade de Serro, juntamente com o Prefeito que ajudei a eleger, liberará recursos.

Portanto, Sr. Presidente, de público, agradeço aos Secretários João Pinto Ribeiro, Guerra e Amílcar Viana Martins por atenderem às reivindicações deste Deputado. Deixo claro que, a partir de hoje, quando fizer alguma solicitação aos Secretários, estarei nesta tribuna para agradecer a cada um a ajuda às bases eleitorais de cada um dos Deputados. Todos nós temos de subir e agradecer aos Secretários, para, depois, mostrar ao Governador Eduardo Azeredo que, sem dúvida, faz um belo governo, dando carta branca aos seus Secretários para ajudarem os Deputados, seus eleitores e, acima de tudo, a comunidade mineira.

Secretários do Governo Eduardo Azeredo, muito obrigado pela ajuda. Agradeço em nome de vários Deputados, que, sem dúvida, estão trabalhando, mostrando, reivindicando e sendo atendidos pelos Secretários. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus nobres colegas, senhoras e senhores, é com pesar que ocupo esta tribuna para falar da questão da segurança pública em Betim. Na sexta-feira passada, dia 29 de agosto, todos nós da sociedade betinense fomos agredidos com o atentado contra o Prefeito Jésus Mário de Almeida Lima. Um pistoleiro frio entrou tranqüilamente num recinto público e, no meio de centenas de pessoas, esvaziou seu revólver contra o Prefeito Jésus Lima. Satisfeito, o criminoso deixou o local impunemente.

Os tiros que atingiram o Prefeito Jésus Lima acertaram com profundidade nossa tranqüilidade e segurança. Quando nem as nossas autoridades estão livres das ações inescrupulosas de marginais, podemos imaginar em que situação de risco está o cidadão comum, em cada rua, em cada bairro, em cada cidade deste País.

Essa parece ser também a preocupação do Governador Eduardo Azeredo e do Secretário da Segurança Pública, Santos Moreira, que estiveram presentes no Hospital Regional Prof. Oswaldo Franco, em Betim, prestando sua solidariedade ao Prefeito e à população betinense.

Mas, muito mais que preocupação e solidariedade, queremos ações concretas contra a violência que se abate sobre a sociedade betinense. Vivemos um estado de insegurança que requer ações urgentes e eficazes por parte das autoridades policiais na elucidação desse crime. O criminoso precisa ser urgentemente capturado. Afinal, democracia não combina com impunidade e desrespeito às leis.

Observamos com tristeza que Betim é hoje pauta obrigatória para as editorias policiais dos jornais da Capital e até mesmo dos jornais de circulação nacional. Na gíria policial, nossa pacata cidade virou agora "rota do narcotráfico". É que recentemente a Polícia Federal estourou vários locais utilizados pelos traficantes para a guarda ou o preparo e refino de drogas.

É preciso ressaltar também que Betim é o primeiro município, depois de Belo Horizonte, em arrecadação, no Estado. Além disso, nobres Deputados, somos o sexto município mineiro em população. Por isso, não podemos entender a resistência da Polícia Militar em instalar um batalhão na cidade.

A alegação é que falta um prédio próprio, adequado para tal. Quando se quer realmente dar proteção à população que paga seus impostos em dia e que produz riquezas para o Estado de Minas Gerais, instalam-se tropas, provisoriamente, em prédios alugados, até que seja construída a sede própria. Se esta tivesse sido construída, com certeza o nosso contingente policial teria sido dobrado, contingente esse que atende não somente o Município de Betim, mas também a outras cidades que pertencem à nossa circunscrição.

Como disse, a situação de Betim, assim como de outros grandes centros urbanos de Minas, leva-nos à reflexão de que o nosso sistema de segurança pública precisa ser urgentemente reformulado. Isso é lamentável, nobres Deputados, não só pelo aumento da insegurança em nosso município, mas por confirmarmos que os índices de criminalidade estão cada vez mais elevados. Minas precisa reagir para não cair nas mãos dos marginais.

O Deputado João Leite (Em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa., que traz um tema tão importante para ser discutido nesta Casa. Quero, aliás, nesta oportunidade, parabenizar o Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, pela iniciativa de trazer essa discussão para a Assembléia Legislativa, com a realização do Ciclo de Debates sobre Segurança Pública no Estado Democrático.

Tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de ouvir aqui a palestra do Reitor da Universidade Criminal de Nova Iorque, Dr. David Bayley, e foi sem dúvida uma aula de democracia, de

cidadania, mostrando a importância da verdadeira segurança pública e da polícia no estado democrático. Ontem, tivemos a oportunidade de ouvir também o Dr. Domicílio Proença, o Senador Romeu Tuma e o Deputado Federal Hélio Bicudo.

É da maior importância essa matéria, é da maior importância a segurança pública. E os últimos acontecimentos em Minas Gerais mostram o acerto da decisão do Presidente Romeu Queiroz de trazer a esta Casa a discussão desse tema, que tanto aflige a população de Minas Gerais. Eu queria, também, Deputado Ivair Nogueira, dizer da preocupação que temos com a ousadia com que foi cometido o crime contra o Prefeito de Betim, Jésus Lima. Num encontro sobre educação, com muitas pessoas presentes, a pessoa invadir o local, atirar contra o Prefeito e sair impunemente. Aguardamos que a segurança pública em Minas Gerais possa apurar esse crime contra o Prefeito e contra a democracia.

Quero também lembrar, Deputado Ivair Nogueira, que V. Exa. mesmo foi vítima de um incêndio em seu gabinete. Quero me solidarizar com V. Exa., porque sabemos que o senhor perdeu tudo, seus cadastros, documentos importantes do seu trabalho como político e como parlamentar. O Deputado Romeu Queiroz já designou o Corregedor desta Casa, Deputado Ermano Batista, para acompanhar as investigações. Esperamos que, com a elaboração do laudo sobre o que ocorreu em seu gabinete e nos gabinetes dos Deputados Antônio Genaro e Antônio Júlio, possamos esclarecer essa situação.

É muito importante que tenhamos segurança e que possamos mudar esse quadro - com a ajuda da Polícia Civil, com seus 9.500 homens, que, infelizmente, em sua maioria, estão envolvidos com os cuidados de carceragem, e dos 45 mil homens da Polícia Militar, apesar de só contarmos com um efetivo de 7 mil nas ruas -, a partir dessa discussão na Assembléia Legislativa. Sei também que V. Exa. tem recebido ameaças, que pessoas estão rondando a sua casa. Queremos pedir ao Deputado Romeu Queiroz que aja no sentido de que a Assembléia esteja atenta à sua segurança, à segurança dos Deputados e à segurança da democracia no nosso Estado, que neste momento está abalado pela crescente onda de criminalidade. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte) - Obrigado pela oportunidade. Só quero complementar e dizer que realmente precisamos ter uma posição firme. Tenho certeza de que esse debate foi convocado pelo Presidente, Deputado Romeu Queiroz, porque realmente precisamos discutir seriamente essa questão e, acima de tudo, ter medidas urgentes que possam devolver a tranquilidade aos cidadãos e aos agentes públicos. Quando os agentes públicos começam a sofrer esses ataques, como V. Exa. sentiu, o Prefeito Jésus Lima sentiu e outros começam a sentir, é porque começamos a correr um sério risco, se uma providência urgente não for tomada.

Eu gostaria de elogiar e parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento. Sei que V. Exa. deverá dizer ao final que em Betim, na próxima quinta-feira, será feita uma caminhada pela paz, e seria fundamental que todos os Deputados pudessem participar, numa demonstração de que não queremos a violência, de que queremos de fato a paz. É exatamente esse o objetivo que vimos no seu pronunciamento, e por isso o parabenizamos. Muito obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Agradeço as palavras dos Deputados João Leite e Gilmar Machado. Aproveito para dizer que o Senador Romeu Tuma, ex-Diretor-Geral da Polícia Federal, que esteve nesta Casa, ontem, discutindo a questão da segurança pública, disse que o atentado contra o Prefeito Jésus Lima pode ser obra de narcotraficantes.

Seja lá qual for a motivação do crime, exigimos o esclarecimento do atentado. É o mínimo que se pode cobrar agora. Esta é uma situação que exige a união de todos os mineiros, principalmente dos betinenses assolados por esta onda de violência. Ao mesmo tempo, precisamos cobrar, insistentemente, das nossas autoridades públicas ações enérgicas no combate à criminalidade. Finalizando, nobres colegas, deixamos aqui nossos votos pelo pleno restabelecimento da saúde de Jésus Lima. Torcemos para que, como ser humano e Chefe do Executivo da cidade onde eu nasci, ele possa logo retomar suas funções e levar adiante normalmente a sua vida, o que deve ser um direito sagrado de todo cidadão que vive num país livre e democrático.

Gostaria, também, de fazer aqui um convite a todos os Deputados para essa passeata pela paz, que será na quinta-feira, às 19h30min, no Centro de Betim. A coordenação dessa passeata está pedindo ao pessoal para, se possível, ir de branco. É um manifesto não só da população de Betim, mas de todas as autoridades.

Gostaria de deixar público que tive meu gabinete incendiado, como disse o Deputado João Leite. Perdi todo o meu arquivo de vários anos de vida pública. E, agora, aconteceu esse atentado contra o Prefeito Jésus Lima. Ainda não tenho sofrido atentados por telefone ou ameaças, mas existem pessoas estranhas rondando a residência de minha mãe, onde estou temporariamente morando. E é isso que venho de público exigir, para que fatos como os que vêm acontecendo não continuem acontecendo, não só comigo, mas com outras autoridades também. Se nós, autoridades, não estamos preservados, que dirá o cidadão comum?

Precisamos de reformas. Foi muito bem trazida a esta Casa a discussão do seminário sobre segurança pública, e tenho certeza de que daqui sairão conclusões importantes. Em Betim, uma cidade com mais de 250 mil habitantes, há muito tempo já se fala que poderia haver um batalhão de polícia, com o qual teríamos dobrado o nosso contingente. É preciso fazer primeiro a parte física e depois instalar o batalhão, ou será que não poderíamos instalar provisoriamente o batalhão e posteriormente cuidar da construção de sua sede, dando, assim, mais segurança aos moradores não só de Betim, mas de toda a região? A criminalidade em Betim tem aumentado, e os dados estatísticos não são trazidos à comunidade para não assombrar o nosso povo, mas temos conhecimento de que as estatísticas vêm demonstrando um alto índice de criminalidade, e medidas urgentes precisam ser tomadas.

O Governador esteve no hospital de Betim e prometeu que vai tomar todas as providências. Ele designou o Dr. Otto Teixeira, que, no nosso modo de entender, é um Delegado respeitado, que vem apurando com seriedade e competência nos inquéritos para os quais foi designado. Esperamos que seja bem-sucedido nessa importante tarefa de descobrir o autor do atentado contra o Prefeito Jésus Lima.

Quero dizer que fui adversário político, no campo das idéias e das discussões, do atual Prefeito, Jésus Lima, mas temos uma aproximação muito grande quando se trata do interesse do desenvolvimento e do progresso da nossa cidade. Tanto é verdade que, um dia antes do seu atentado, estávamos no auditório da Prefeitura de Betim, assinando um convênio com a COPASA-MG, da ordem de US\$23.000.000,00, para que o nosso município fosse contemplado com oito elevatórias de estações de tratamento e com vários quilômetros de extensão de rede de água e de esgoto. É por isso que estamos aqui, como Deputado, lutando pelos interesses do município, independentemente da cor partidária.

O nosso Secretário da Segurança Pública é sábio das dificuldades e das deficiências que o município enfrenta, tanto é que nele esteve há cerca de 15 dias, procurando implantar vários distritos policiais em seus bairros, contando com a parceria da Prefeitura e da Fiat Automóveis. Isso demonstra que o próprio Secretário tem conhecimento da necessidade de maiores investimentos no município.

Nós não queremos, aqui, responsabilizar pessoa alguma, mas sim, o Estado como um todo, que, por vários e vários anos, deixou de investir em segurança pública, e hoje o resultado aí está: o caos e a intranquilidade. O povo mineiro, o povo brasileiro coloca a segurança pública, hoje, no mesmo patamar de exigência da educação e da saúde. O povo mineiro quer ter a tranquilidade de sair de sua casa e ver seus filhos com a segurança de poder voltar a seu lar. E é por isso que aqui fazemos este manifesto. Suplicamos às autoridades competentes que venham pôr fim a essas ondas de agressões, a esses atentados que vêm ocorrendo por Minas Gerais afora. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no ano passado, por ocasião das eleições municipais, tive a oportunidade de, desta tribuna, fazer denúncias a respeito do que previa que iria acontecer: eleições, principalmente na cidade de Uberlândia, compras e ganhos em cima de sucessivos crimes eleitorais. Já que é esse o assunto da tarde, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Deputado Ivair Nogueira, que me antecedeu e tocou na questão do crime bárbaro cometido contra o Prefeito de Betim. Apoio inteiramente sua iniciativa, pois temos que combater esse tipo de coisa: crime contra a pessoa e fundamentalmente contra um Prefeito que está desenvolvendo um trabalho magnífico na cidade de Betim.

Mas quero falar de um crime que vem ocorrendo na cidade de Uberlândia há muitos anos, institucionalizado naquela cidade progressista, uma das melhores cidades do Brasil, segunda em tamanho no Estado de Minas Gerais e, no interior, a primeira. Lá se constituiu o imperialismo da "República do Camaru". Camaru é um centro de feira agropecuária que lá existe, onde se resolve a questão da política local. Mas a questão é resolvida, não pelas vias democráticas, mas por vias errôneas. Em 1992, todos se lembram, fui candidato à Prefeitura de Uberlândia, contra o candidato do "imperador", Sr. Virgílio Galassi. Faltando 16 dias para as eleições, e sabendo que ia perder, meteu a mão nos recursos públicos da Prefeitura, pegou o CPF e a identidade de uma pessoa que trabalhava e trabalha até hoje no Camaru e abriu uma conta, movimentando-a no Banco Brasileiro Comercial - BBC. Banco, não. Trata-se de um tamborete. Aliás, hoje, todos os Bancos parecem ser tamboretos, ainda mais agora, na República de Fernando Henrique, que deu um dinheirão danado para o PROER, esse organismo de salvar Bancos. Tudo é tamborete. Os interesses do povo que se danem. Mas houve uma denúncia. Apresentaram-me todos os documentos do Banco, xerox de todas as contas, todos os cheques descontados nessa conta, frente e verso. Tenho todos esses documentos, que constituem um farto material, um processo de oito ou dez volumes.

Terminadas as eleições de 92/93, eu fiz a denúncia ao Banco Central, que apurou e constatou que realmente existiu o crime, a muamba, a maracutaia. Denunciei o fato à Polícia Federal, para que procedesse à investigação. Ao fazê-la, constatou o mesmo que o Banco Central, quando era Presidente o Dr. Pedro Malan. Havia 11 contas fantasmas; apenas 2 fazem parte desse processo, que movimentou quase US\$600.000,00. Depois que eu acionei a justiça federal, ela mandou o inquérito para a justiça comum. Entramos na justiça em 1992, 1993, e o resultado de 1992 está saindo agora. No último dia 26 ocorreu a audiência para se ouvirem os criminosos, os malandros, os meliantes, os companheiros do meliante maior, que é o Sr. Virgílio Galassi.

Em Uberlândia há o Movimento pela Ética na Política. É um comitê suprapartidário que vigia todo político. Então, eles fizeram esse cheque, que foi distribuído na porta do fórum: BBC - Banco Brasileiro Comercial - Governo: Virgílio Galassi, R\$500.000,00 - Banco: 171, Conta: 171.171.171 - Série: 171.171 - Cheque: 171.171.171. Isso demonstra que aqui está tudo que consta no Código Penal Brasileiro, o crime do art. 171. E aqui nas costas está assim: "Você pagou a conta deste cheque, é hora de dar o troco". Mas como é que o povo vai dar o troco? Por isso é que estou aqui, para denunciar e tornar pública essa muamba, essa maracutaia que existe em Uberlândia há muitos anos e que não tem jeito de ser resolvida, para ver se, com essa pressão, os companheiros da imprensa divulgam isso, para levar ao conhecimento público de Minas Gerais que a coisa no Triângulo Mineiro não é aquela doçura que se anuncia para o Brasil inteiro. O negócio lá é feio. Onde está o seu dinheiro? "A justiça está apurando denúncia de desvio de R\$500.000,00" - aqui tem um erro, não está apurando, já está comprovado. Não tem nada que apurar, eles estão sendo processados por roubo - "dos cofres públicos da Prefeitura Municipal de Uberlândia para a campanha do então candidato a Prefeito, Sr. Paulo Ferolla, em 1992. Na ocasião, o Prefeito da nossa cidade era o Sr. Virgílio Galassi" - esse é o imperador - "então, a nossa luta contra o imperialismo será ferrenha, sempre foi, mas será cada dia mais em função desse imperialismo que coloca o imperador lá, faz a república do Camaru e fica fazendo essas maracutaias na nossa cidade. O dinheiro era depositado no BBC na conta de dois fantasmas, sendo depois transferido para a caixa de campanha de Paulo Ferolla, coordenado pelo Sr. Sérgio Attiê, atual Secretário de Trânsito e Transporte" - está lá, continua desde lá de trás, está roubando que só vendo - "e o Sr. Paulo Maurício, filho de Paulo Ferolla, que era Prefeito. O processo já se arrasta há cinco anos. Só agora os envolvidos no escândalo estão sendo chamados para prestarem depoimento. O atual Prefeito, Sr. Virgílio Galassi, afirma que o município deve R\$30.000.000,00. Quem fez essa dívida? Onde estão os R\$500.000,00, que é dinheiro nosso, já que somos nós quem pagamos os impostos? Se ficar como está a conta, com certeza vai ser paga de novo pelo povo trabalhador de Uberlândia. Não deixe mais essa corrupção acabar em pizza. Manifeste a sua indignação."

Isso é o que o Deputado Geraldo Rezende está fazendo nesta tribuna, ao manifestar a sua indignação contra essas injustiças que ocorrem na cidade de Uberlândia. Em maio, quando devia ter sido realizada uma audiência para ouvir as testemunhas, estive presente, mas elas não compareceram, abusando da justiça. Programei que estaria presente à próxima audiência, no dia 26 de agosto. Se eles não comparecessem, eu solicitaria ao Juiz de Direito que decretasse a prisão preventiva desses meliantes todos. Eles compareceram, na maior cara-de-pau, negando os acontecimentos. Depois, vieram as testemunhas, que se contradisseram em tudo. Não falaram nada. Só houve contradição. Entretanto, todas as provas estão nos autos do processo. Foi tudo apurado pela Polícia Federal e pelo Banco Central. Não há como negar os fatos. De vez em quando, os meios de comunicação dizem que estão apurando a denúncia de desvio de R\$500.000,00 da Prefeitura. Na verdade, não há que se falar que estão apurando, porque tudo já está apurado. Estão é processando mesmo. Agora, precisamos ver se vão colocar os responsáveis na cadeia. Isso é o que precisa ser feito naquela cidade.

Uberlândia precisa servir de exemplo para o resto do Brasil. Sabemos que há maracutaia por toda banda, não apenas em Uberlândia, mas em todo o Estado. A política mineira e a brasileira são uma bagunça. Precisamos moralizar essa situação. Nós que estamos aqui temos essa responsabilidade, porque não estamos aqui por nós, estamos aqui pelo povo. Em hipótese nenhuma podemos aceitar ou admitir a corrupção - temos que denunciá-la. Então, quando se comete um crime dessa natureza, contra o patrimônio, contra a democracia, contra o povo, contra a ética e contra a cidadania, não vou deixar que isso ocorra, enquanto eu for Deputado nesta Assembléia Legislativa, sem estar aqui para denunciar. No ano que vem haverá eleições - e os senhores verão o que acontecerá. No entanto, no ano que vem também haverá muitas denúncias, porque estaremos aqui para denunciar. Ninguém ficará impune. Pelo menos, denunciaremos desta tribuna. Se a justiça tomará providências é outro caso, mas que vamos denunciar, vamos.

Não podemos admitir mais que esse imperialismo safado, baixo e corrupto mande em nossa política, tirando o dinheiro do pão da criança e do pão do velhinho aposentado. Não podemos admitir essa república do desmando, essa república do Camaru que há em Uberlândia. Isso ocorre em nível de Estado e em nível de Brasil. A maioria de nós, políticos, sabe desses fatos. Precisamos ter a coragem, o desprendimento para denunciar essas situações aqui, da tribuna.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Ivair Nogueira pelo pronunciamento que acaba de fazer em favor do Prefeito de Betim, contra aquela violenta agressão que ele sofreu. Não somos apologistas da violência. Queremos a paz. Para conseguirmos a paz, não podemos permitir que esses desmandos aconteçam em lugar nenhum. Como podemos buscar a paz e diminuir as diferenças sociais aberrantes que existem em nosso país se muitas prefeituras, Estados e o Governo Federal, que deveriam estar cuidando do social, e não fazendo paternalismo, como vamos exigir ou termos a paz se todos esses governantes estão aí a contemplar os desmandos, a corrupção e a safadeza, em detrimento de um trabalho social que possa efetivamente diminuir essas diferenças sociais existentes em nosso país? Não é possível que não exista um pouco de sentimento dentro do peito de nossos comandantes, que não haja um pouco de sentimento dentro do coração daqueles que comandam a justiça em nosso país. Mas eu confio na justiça e acredito que ela será feita, ainda que tardiamente. Especificamente, com relação ao caso de Uberlândia, tenho a convicção de que a justiça será feita. Confio, como sempre confiei. Estou pacientemente esperando, desde 1992, por essa iniciativa. Agora, com os depoimentos na justiça, tenho a certeza de que as providências serão tomadas e os culpados serão penalizados para a moralização da política mineira, para a moralização da política brasileira, e até para o avanço da democracia em nosso país. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado José Militão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo da nossa vinda à tribuna se deve a uma notícia que vimos veiculada na imprensa no dia de hoje sobre a privatização de parte da COPASA. Não sei se a notícia é verdadeira ou não. Afinal de contas, a nossa bancada não foi previamente avisada, comunicada a respeito da privatização de parte da COPASA. No entanto, gostaria de expressar o meu sentimento pessoal.

Ainda não houve tempo para discutirmos o assunto em nível de bancada, mas a minha posição pessoal, no que diz respeito à COPASA, é a de que devemos preservá-la do jeito que ela está, do jeito em que ela se encontra. Afinal de contas, se privatizarmos uma parte da COPASA, certamente, aqueles que adquirirem parte de seu controle acionário irão querer também ocupar algum lugar de destaque na diretoria ou alguns lugares de destaque na companhia que estão adquirindo. Essa nova direção da COPASA, que será uma direção mista, pois será composta de gente do Governo e de gente que adquiriu o controle acionário, certamente não vai querer fazer investimentos de água em cidades pequenas, em lugares pequenos - como é o caso da região Norte e do vale do Jequitinhonha, regiões tão carentes de água potável -, onde a COPASA não obtém o seu retorno, a sua devolução em 50, 100 anos ou mais.

Hoje, a COPASA é uma companhia que atua em favor daqueles mais necessitados, em favor da população mais carente, não olhando a cor do partido do Prefeito para lá chegar e fazer investimentos. Portanto, devemos preservar o que há de bom em nosso Estado, o que acontece de bom em termos de saneamento básico, de água potável para a nossa população mais carente, fazendo com que a COPASA mantenha-se como está.

A notícia parece-nos verdadeira, porque, afinal de contas, os jornais a estamparam em suas primeiras páginas. Mas, de qualquer forma, mesmo não discutindo ainda o assunto com a nossa bancada, quero registrar a minha posição contrária à privatização de parte do capital da COPASA. A Fazenda Estadual tem outros meios de buscar receitas que não seja a privatização da COPASA, porque, segundo a imprensa, pretende-se vender 49% do capital por duzentos e quarenta e poucos milhões de reais, quantia pouco significativa para as necessidades do Estado, pois corresponde a cerca de metade das nossas receitas tributárias mensais. Se a Fazenda cuidasse mais de equipar a sua área de informática, se equipasse melhor os seus recursos humanos e materiais, certamente obteria esse dinheiro com mais facilidade e com menos peso para a parte mais pobre do nosso Estado do que vendendo as ações da COPASA.

Aproveitando a oportunidade de estar na tribuna, quero registrar também as nossas homenagens ao povo de Betim, principalmente ao Prefeito Jésus Lima, que sofreu aquele violento atentado em Betim na semana passada. Vamos rezar pelo seu pronto restabelecimento. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, três assuntos me trazem à tribuna, nesta tarde. Em primeiro lugar, eu gostaria de ler a nota que a Bancada do PT está distribuindo nesta tarde, que diz o seguinte.(- Lê:)

"O atentado contra o Prefeito do PT, de Betim, Jésus Lima, deixou visível a marca da violência e a audácia dos bandidos em desafiar as autoridades. Esta foi a ação mais violenta ocorrida até agora. A Bancada do PT na Assembléia Legislativa sente-se no dever de expressar solidariedade aos familiares do companheiro e também à população daquela cidade e o repúdio à violência. Considera a situação preocupante não só pela saúde e integridade física do companheiro, mas também pela ameaça que este e outros fatos ocorridos representam para a democracia.

Nas últimas semanas, os três Poderes do Estado estiveram ameaçados:

- a Assembléia Legislativa foi alvo de um incêndio considerado criminoso, queimando três gabinetes de Deputados Estaduais, entre eles o do relator da CPI, Ivair Nogueira, de

Betim, que apura irregularidades no sistema penitenciário;

- cinco juizes de Varas de Execução Criminal e um promotor do Ministério Público, todos atuantes, são alvos de um suposto seqüestro promovido por traficantes, abortado através de uma operação policial de apreensão de drogas, em Betim;

- e, por último, o atentado contra o Prefeito de Betim, no qual o pistoleiro, num ato de frieza e ousadia, desferiu cinco tiros contra o companheiro do PT, em frente a 600 pessoas.

Tais atos de violência coincidem com a discussão nacional sobre a segurança pública e caracterizam uma manifesta intenção de grupos interessados em desestabilizar a democracia. Nós não vamos permitir que ações criminosas façam recuar o propósito da sociedade e de seus representantes nos três Poderes de estabelecer novas diretrizes e parâmetros contra o crime organizado e por uma polícia cidadã.

A Bancada Estadual do PT repudia declarações levianas que hoje foram feitas pelo Deputado Roberto Brant que acusam o partido e seus membros de utilizar eleitoralmente o atentado para alimentar uma campanha política. O que está em jogo aqui não é um cargo ao Executivo ou ao Legislativo, mas a estabilidade da democracia do Estado. Estas ações criminosas não farão recuar a Oposição de seu firme propósito de combater a corrupção, a criminalidade e a injustiça social. E é nesse sentido que os Deputados Estaduais do PT exigem uma investigação rigorosa de todos esses atentados e a punição dos criminosos".

Essa é a nota da Bancada do PT.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é o decreto publicado no "Minas Gerais" no dia 28/8/97. Não somos contra o reajuste de salário concedido aos funcionários da Secretaria da Fazenda. Acreditamos que merecem o reajuste. Discordamos é da maneira com que o Governo do Estado vem tratando a questão do funcionalismo público. O Secretário da Fazenda, que assinou esse decreto, diz, textualmente, que não tem como reajustar o salário dos servidores, porque o caixa do Estado não comporta. Ele próprio, entretanto, assina um decreto autorizando reajustes na Secretaria da Fazenda; muda a base de cálculo, inclusive fazendo com que o reajuste seja trimestral até o dia 30/3/97, e, a partir do dia 1º/4/97, o reajuste será semestral. Já foi assegurado o reajuste, garantindo-se a correção. E para os demais servidores do Estado? Por que os outros não podem ter uma política salarial?

Pergunto ao Líder do Governo, Deputado Péricles Ferreira, o motivo pelo qual o Governo até agora não concordou em discutir com a comissão nomeada pelo Presidente, Deputado Romeu Queiroz, composta de 5 Deputados, para viabilizar e intermediar uma proposta de política salarial para os servidores. Até agora, o Governo não se dignou a negociar, mas vemos no "Minas Gerais" este mesmo Governo concedendo esse reajuste.

Não somos contra os funcionários da Secretaria da Fazenda. Você, funcionário dessa Secretaria, que estiver me ouvindo, saiba que fico feliz por você ter conseguido o reajuste, mas gostaria que os professores também pudessem tê-lo, bem como os funcionários da saúde, os desta Casa e assim por diante. O Secretário João Heraldo afirma que não tem dinheiro para os demais servidores; então, como tem para dar aumento diferenciado? Que política é essa, Deputado Líder do Governo, que política é essa desenvolvida pelo Governador Eduardo Azeredo? Como vamos explicar essa atitude para os professores que estão com greve marcada para o dia 10 de setembro? Eles estão revoltados, indignados com o desrespeito com que o Governador Eduardo Azeredo e o Secretário João Heraldo os trataram. E o Governo ainda continua fazendo propaganda cara na televisão, para tentar intimidar, dizendo que os servidores já ganharam muito. Mas na Secretaria da Fazenda ficou resolvido o problema.

Não consigo entender essa política: o Governo praticando reajuste diferenciado e depois dizendo que não tem como acertar o seu plano de carreira. Mas desse jeito não tem como, mesmo! Como se chegar a um plano de carreira dando reajustes diferenciados para alguns setores, em detrimento de outros?

Gostariamos de conchamar e solicitar ao Presidente Romeu Queiroz e ao Líder do Governo um encontro com os Secretários do Governo para discutirmos essa questão. Depois que as escolas estiverem fechadas, ou se tivermos algum confronto, ou algum enfrentamento, o Governador vai dizer que a culpa é dos trabalhadores. Mas a culpa está aqui nesse ato. O Governo, de forma impensada, irresponsável, começa a dar reajustes diferenciados, criando revolta em cima de revolta.

Defendemos o reajuste, sim. Acreditamos que o pessoal da Secretaria da Fazenda merecia e precisa, mas entendemos que os demais servidores também estão passando por momentos difíceis. Se não havia dinheiro, é lógico que todos deveriam participar desse processo, mas parece-nos que essa não é a visão do Governador e do Secretário da Fazenda, João Heraldo.

Para finalizar, esse Governo deixa-nos a impressão de que perdeu a lógica, a noção, quando ouvimos aqui o Deputado José Militão, do PSDB, dizer que a venda das ações da COPASA não foi discutida nem com a sua bancada.

Vemos o desrespeito com que este Governo pensa e trata os demais, inclusive este Poder. Vemos como o Governo do Estado quer privatizar e vender tudo. A única lógica que está na cabeça do Governador Eduardo Azeredo é arrumar dinheiro para fazer campanha no ano que vem. Essa é a lógica do Governador Eduardo Azeredo: fazer caixa para poder jogar dinheiro na campanha do ano que vem.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Gilmar Machado, louvo a Deus pelo privilégio de tê-lo como companheiro Deputado, uma pessoa que, sempre quando vai falar ou fazer uma oposição, o faz com clareza, com lógica, e não uma oposição sistemática, por fazer, apenas.

Mas para um fato quero chamar a atenção de V. Exa.: V. Exa. está sendo injusta ao falar sobre a privatização de uma parte da COPASA ou da venda de uma parte dela, quando, sem querer ou sem perceber, enquadra o Governador como uma pessoa que sai privatizando tudo sem pensamento, sem pesquisa sobre o assunto. A COPASA, S. Exa., na verdade, tem dado lucro ao Estado, não dá prejuízo.

O Deputado que antecedeu V. Exa. com muita propriedade falou que os empresários não se interessarão pela COPASA porque não vão querer ter obras no interior, pois dão prejuízo. Ora, se a COPASA está dando prejuízo, não haveria nem mesmo jeito de vendê-la. O Governador, evidentemente, iria querer vender, e a pessoa que fosse comprar ia querer dinheiro do Governador para pagar o déficit.

Não. Aliás, digo que todas as estatais deveriam ser privatizadas mesmo, e o Estado deveria cuidar daquilo que lhe é peculiar, que lhe é dever em uma democracia pura, em uma república pura, que é do povo, para dar oportunidade para o povo. E essa estatal, a COPASA, diga-se de passagem, está classificada entre uma das primeiras poluidoras dos rios no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Gostaria de fazer apenas duas observações sobre o que disse o Deputado Raul Lima Neto, que respeito, porque há duas incorreções.

Primeiro, no que diz respeito ao Governador, o que estou colocando é que ele quer fazer caixa, sim. A CEMIG, por exemplo, ele vendeu mal. A Bahia vendeu, logo depois da venda da CEMIG, uma empresa menos lucrativa, com menos ações, por um preço quase duas vezes maior que o da CEMIG. Então, está fazendo mal, está fazendo um negócio ruim para o Estado, em benefício dos demais.

No caso da COPASA-MG, ela dá lucro em alguns municípios, que são compensados por outros que são deficitários. E qual é a lógica do Governo? É vender a parte boa e ficar com a ruim. Essa é o problema. É isso que o Governador está fazendo. Vamos ficar com prejuízo, enquanto as empresas, os empresários ficam com a parte boa. Essa é a crítica que fazemos.

Discordamos, ainda, em outro ponto: água é fundamental para a população, para o povo. Entendemos que é obrigação do Estado cuidar dos recursos hídricos. Aliás, a própria Constituição diz isso: compete ao Estado cuidar das questões essenciais.

Nós, aqui, queremos discutir e vamos debater, porque não podemos mais deixar isso continuar. Na hora em que for votado aqui o projeto do empréstimo, vou voltar a esta tribuna para fazer uma discussão sobre o processo de endividamento do Estado. Como é que o Governo está pegando dinheiro para deixar para o próximo governante pagar? Nos próximos 30 anos, não será mais o Secretário da Fazenda de Minas que vai governar Minas. Vamos ser monitorados pelo Governo Federal, através do Ministro da Fazenda.

Minas está abrindo mão do seu controle. Minas, que sempre se levantou contra as injunções de fora, contra o Governo português, que sempre se levantou pela liberdade, pelo espaço democrático da Federação, agora está de joelhos. O Governador Eduardo Azeredo está entregando o nosso Estado, está colocando Minas de joelhos, sem a menor possibilidade de levantar a cabeça, porque está vendendo tudo e vendendo mal, fazendo negócios ruins, como é o caso do CREDIREAL, pelo qual até agora não conseguiu receber o dinheiro. Por incompetência deste Governo.

E estamos vendo agora a questão da COPASA-MG. Mais um problema. Não estamos ficando com nada, porque já colocamos tudo para garantir a renegociação da dívida. Esse é o problema. Como Deputados Estaduais, temos que pensar no todo. Este Governo vai passar, mas virão outros. Este Governo está colocando sobre as costas da população um problema para os próximos 30 anos. É isso que eu acho extremamente grave. O Governo está fazendo, também, políticas diferenciadas. Perguntei aos representantes do Governo o porquê disso e ainda não obtive resposta. Espero ainda vir a ter. Por que reajustes tão diferenciados? Por que tratamentos tão diferenciados? Essa é a política do Governador Eduardo Azeredo. Estou dizendo tudo isso com base em dados. Não estou criando nada. São decretos assinados, aliás, pelo Governador. Se ele não sabia, não deveria ter assinado. Para mim, um dos problemas deste Governo é a desinformação. Do contrário, seria má intenção. É uma das duas. Não há outra saída. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes, em primeiro lugar, quero, em meu nome e no do Partido Liberal, fazer coro ao pronunciamento do Deputado Ivair Nogueira, quando ele apresenta sua indignação contra o ato terrorista que foi o atentado contra o Prefeito de Betim, ocorrido na semana passada. Mais do que um ato de terrorismo, foi um ato de covardia - que mostra, claramente, a fragilidade da segurança pública - ao qual todos nós estamos sujeitos. Apesar de todo o trabalho do Secretário Santos Moreira, que tem se esforçado para fazer do nosso Estado um território seguro, notamos que, infelizmente, ainda acontecem atrocidades dessa natureza, deixando a população mineira e o povo brasileiro indignados com tanta covardia e tamanho ato de atrocidade. Ao Prefeito Jesus, nossos votos de pronto restabelecimento. Unimos nossas vozes às do povo de Betim para que possa ter, em breve, seu Prefeito de volta à ativa, à frente do governo daquela cidade, onde, aliás, vem fazendo um belo trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado José Militão, ao comentar a provável privatização de parte da COPASA, traz à tona um problema seriíssimo, que são as seqüelas dos processos de privatização no nosso País. Eu já tinha preparado o meu pronunciamento para esta tarde, quando discorreríamos a respeito do processo de privatização da parte sudeste da Rede Ferroviária e, principalmente, o "day after" dessa privatização. No primeiro impacto, é verdade, preocupamo-nos apenas com os casos de demissões que porventura viessem a ocorrer. Levantamos o problema de maneira particular no Norte de Minas, principalmente a Deputada Elbe Brandão, com a desativação do trem de passageiros, o famoso trem baiano. Esse trem percorria toda aquela região cobrando pelas passagens um preço acessível e à altura da bolsa popular. Mas, transcorrido quase um ano da sua privatização, as demissões aconteceram, e o trem baiano não retornou, mesmo com todo o apoio e toda a pressão feita por esta Casa Legislativa. Por várias vezes fomos a Brasília mostrar a injustiça que estava sendo cometida e o alto preço que o povo daquela região estava pagando com esse processo de privatização.

Mas hoje, decorrido quase um ano, deparamos com outro problema muito sério: todos os imóveis da Rede Ferroviária, que não eram poucos - eles existem em todas as cidades de Minas Gerais e, principalmente, do Norte de Minas -, estão abandonados, sendo invadidos e saqueados. A população, num ato de desespero, está ocupando esses imóveis ou, literalmente, levando-os para casa, desmanchando as casas e os telhados.

Nós notamos e fizemos a denúncia do que estava acontecendo, mas, infelizmente, não tivemos resposta por parte da Superintendência da Rede Ferroviária. Aliás, o que nos falam é que apenas estão no processo de desativação, que todo o patrimônio está passando às mãos da iniciativa privada e que o Governo Federal nomeou uma comissão para catalogar esses imóveis e fazer uma avaliação deles para, posteriormente, dar-lhes uma destinação. Acontece que os Prefeitos estão assistindo à invasão desses imóveis, que estão sendo depredados, e já fizeram o pleito de assumi-los para a instalação de projetos sociais, como creches e postos de saúde, ou mesmo aquelas áreas maiores, para que se façam projetos habitacionais para a população de baixa renda. Cito o Prefeito de Capitão Enéias, Djalma Marques, com quem fui à Superintendência, em Belo Horizonte, e até agora nenhuma resposta tivemos. Acho que a questão é muito séria. Existe, de um lado, o interesse dos municípios em ocupar esses imóveis com projetos sociais e, de outro lado, infelizmente, o desinteresse da Rede Ferroviária em dar uma continuação ao processo ou, pelo menos, agilizá-lo.

Agora mesmo a minha cidade de Montes Claros está pleiteando o desvio dos trilhos para fora do perímetro urbano, a fim de construir uma avenida e dar uma nova visão de progresso à cidade, mas estamos enfrentando a pior má-vontade por parte do pessoal da Rede Ferroviária. Com isso, como a toda ação corresponde uma reação, estamos incentivando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todas as câmaras municipais, sem exceção, das cidades por onde passam trilhos da Rede Ferroviária Federal para que façam os seus projetos de lei, a fim de cobrar da Rede, que hoje está privatizada, o IPTU dos municípios que cedem os seus domínios para os trilhos da Rede Ferroviária. É uma reação talvez até um tanto antipática e radical, mas é a única forma que temos de nos fazer ouvir, porque já tentamos todos os recursos. Existem municípios que são cortados pelos trilhos de norte a sul, de leste a oeste, e os Prefeitos estão tentando, estão mostrando, filmando, fotografando os imóveis e levando para eles verem. Eles reconhecem que os imóveis estão sendo depredados, invadidos, mas não tomam nenhuma providência. Em Montes Claros vamos fazer um último esforço, um último contato, e se, por acaso, os nossos pleitos não forem ouvidos e atendidos, vamos apresentar o nosso projeto. Neste momento, recomendamos a todas as câmaras municipais que tenham interesse nesses imóveis, que apresentem os projetos de lei criando o Imposto Territorial e Urbano, cobrando-o dessa Rede Ferroviária, que hoje pertence à iniciativa privada, para que possa, assim, fazer uma barganha política, uma barganha de negócios, com a troca dos imóveis pelo imposto que os municípios irão cobrar. É este o nosso pleito. Não queríamos tomar uma atitude tão radical, mas, infelizmente, neste país, muitas vezes você só é ouvido quando tem uma reação radical a uma ação de desdém por parte dessas autoridades que só querem lucrar, mesmo às custas do sacrifício social de todo o povo. Muito obrigado.

290ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 3/9/97

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é com grande prazer que me dirijo aos meus pares nesta Casa para, mais uma vez, manifestar minha opinião e minha posição sobre o sistema parlamentarista, que acredito ser o mais viável e democrático para o nosso Brasil. Hoje mais um grande passo está sendo dado em Brasília. Centenas de parlamentares estão lançando no espaço cultural da Câmara dos Deputados o Movimento Parlamentarista Brasileiro, que ganhará, certamente, notoriedade nacional por tratar da necessidade urgente de mudança no sistema de governo da Nação. Com o parlamentarismo, o Brasil buscará um modelo que seja, ao mesmo tempo, mais democrático e mais eficiente, já que esse regime é essencialmente constituído de programas, discutidos e definidos publicamente e do apoio da maioria dos representantes da Nação.

Na Câmara Federal, em Brasília, várias lideranças de partidos vêm defendendo novamente essa bandeira. Por isso, já estamos entrando na pauta do dia: o parlamentarismo tem como ponto de partida regimental a Proposta de Emenda à Constituição nº 20/95, em tramitação no Congresso. A proposta teve sua constitucionalidade aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e está em fase de instalação na Comissão Especial, que formalizará o modelo a ser votado pelo Congresso Nacional, o qual, se aprovado, será submetido, em seguida, a um referendo popular.

Recordando e ao mesmo tempo historiando, cito que o parlamentarismo foi introduzido na sociedade por volta de 1714, quando o trono inglês ficou vago com a morte de sua titular, a Rainha Ana. Como não havia um substituto inglês, foi convocado, em obediência à linha de sucessão, o herdeiro imediato, que morava na Alemanha, onde havia sido educado.

O novo rei, que recebeu o nome de Jorge I, não sabia sequer uma palavra da língua inglesa. Isso naturalmente dificultava as reuniões com o Gabinete. Houve tentativas de um entendimento em latim, mas não deu certo.

De acordo com a História, Jorge I voltou para a Alemanha. O Gabinete continuou se reunindo normalmente e com independência, mas com o cuidado de destacar um dos seus membros, certamente conhecedor da língua alemã, para levar ao Rei, de tempos em tempos, as suas resoluções. Nesse mensageiro estaria a origem do Primeiro-Ministro do futuro Gabinete do governo parlamentarista.

De lá para cá, Srs. Deputados, várias outras experiências políticas foram feitas colocando em prática esse regime. E, certamente, o ditado popular "O Rei reina mas não governa" surgiu nessa época.

Até os dias de hoje o parlamentarismo vem mudando. Uns sofreram mudanças e modernizaram com os novos tempos. Em outros, a essência continuou a mesma. É necessário dizer

que, embora os princípios sejam os mesmos, há vários tipos de parlamentarismo: o inglês, o japonês, o espanhol, o francês, o italiano, o português.

O inglês é considerado clássico. Não mudou muito no tempo. Em linhas gerais, a Rainha escolhe o Primeiro-Ministro e este, o Gabinete, ou seja, os Ministros para as diversas Pastas. É claro que a escolha por parte da Rainha é teórica. Na verdade, quem indica o Primeiro-Ministro é o partido majoritário ou uma coalização de partidos que forma a maioria no parlamento.

É em nome dessa maioria parlamentar que o Partido Conservador na Inglaterra conseguiu ser soberano durante anos. É só lembrar que Margareth Thatcher foi Primeira-Ministra durante 13 anos.

Também na Espanha, no Japão e em outros países que mantêm a monarquia, ainda que seja por tradição, uma figura real está sempre presente, quando o regime é parlamentar, mais ou menos nos mesmos moldes da Inglaterra.

Na França, em Portugal, na Itália, na Alemanha e em outros países que não conservam a monarquia, a figura do Rei foi substituída pela de um Presidente. Este, na maioria dos casos, somente reina, não governa, condição que faz tremar Presidentes e candidatos a Presidentes nos sistemas presidencialistas, quando se fala em mudar para o governo parlamentar.

O papel de um Presidente nos regimes parlamentaristas varia de país para país, bem como a forma de se alcançar o cargo. Na França, por exemplo, o Presidente não apenas reina, também governa, em uma divisão de atribuições com o Primeiro-Ministro. Sua eleição é pelo voto direto e ele tem mandato de sete anos. Em Portugal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, berço da monarquia brasileira, o Presidente não governa, é eleito pelo voto direto para mandato de cinco anos. Na Alemanha, o Presidente não governa e é eleito indiretamente, pelo voto do parlamento, para o qual se elegeu pelo sufrágio popular.

O sistema parlamentarista já marcou no passado e marca no presente. Acredito que é o sistema mais apropriado para a nossa realidade, uma realidade nua e crua, na qual o autoritarismo dos Presidentes continua imperando de forma desastrada para o nosso povo.

Recordo o nosso saudoso Ulisses Guimarães, um peemedebista histórico e parlamentarista que visualizava o futuro e, infelizmente, nos deixou antes de concretizar o seu maior sonho, o parlamentarismo democrático e absoluto, no qual o sistema político tem suas ações voltadas para o povo, para o ser humano. "Vou morrer fardado e não de pijama" - com esse ditado do nosso mito maior, Ulisses Guimarães, levanto essa bandeira e peço o apoio dos Srs. Deputados desta Assembléia Legislativa. Lutarei para conquistar essa causa para o nosso povo. Certamente, lutarei até o fim pela implantação do parlamentarismo no Brasil e, com certeza, morrerei fardado defendendo esse sistema que acredito ser o mais democrático.

Ulisses Guimarães defendia esse sistema por ter a certeza de que o parlamento, para o Brasil, iria agilizar o caminho do progresso e modernizar os ideais da Nação. Ulisses entendia que a vida de uma nação jamais poderia depender, em todos os seus setores, do acerto de um homem só. Se o Presidente da República decepcionasse o povo e não correspondesse mais aos anseios da sociedade, ele seria o problema, quando é constituído para resolver os problemas e não para ser o problema da nação.

Com sua lucidez e coerência, Ulisses Guimarães lembrava a todos que o sistema parlamentar não é perfeito. Num sistema criado por homens, em que homens elegem homens para governar homens, evidentemente as taxas de vulneração são bastantes. Não há sistema perfeito, lembrava Ulisses, mas o parlamentarismo é o menos imperfeito. Primeiro, por um argumento primário: as estatísticas demonstram, em pesquisas em 21 nações, que, dentre as que mais progredem e têm estabilidade, só os Estados Unidos não são parlamentaristas. O presidencialismo tem mais de um século de desastres, por exemplo, renúncias de Deodoro e Jânio, suicídio de Getúlio, revoluções, deposições de Presidentes da República e quarteladas, fechamento ou entorpecimento do Congresso Nacional, censura à imprensa, ao rádio e à televisão, como aconteceu no regime autoritário imposto em 1964, tudo isso faz parte do presidencialismo. Após a ditadura, deparamos com muita corrupção, "impeachment" de Presidente e planos econômicos desastrosos, que estamos acostumados a ver em nosso País.

Com essa visão progressista de Ulisses Guimarães, conclamo os meus pares para, juntos, defendermos esta bandeira: a bandeira do parlamento com um Presidente eleito pelo povo e um Primeiro-Ministro afinado com os anseios da nossa gente sofrida.

Ao encerrar o meu discurso desta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedindo o apoio ao parlamentarismo, cito algumas frases de ilustres pensadores políticos sobre esse sistema e, mais uma vez, conclamo aos companheiros que reflitam sobre ele, que certamente será a nossa grande saída para um futuro melhor, democrático e de consolidação da cidadania do povo brasileiro.

"Entre a instabilidade do sistema parlamentarista e a irresponsabilidade do sistema presidencial, era mil vezes preferível o sistema parlamentar." (Rui Barbosa)

"Se o sistema parlamentarista já estivesse em vigor, a crise política teria sido muito menor." (Jorge Bornhausen)

"Conhecemos com os insucessos do presidencialismo a primazia da ilegalidade, do amoralismo e da incompetência." (Álvaro Lins, Chefe de Casa Civil de Juscelino Kubitschek, em 1963)

"O presidencialismo não tem soluções para as crises. Ou melhor, as crises institucionais no presidencialismo tem três soluções: o suicídio de 1954, a renúncia de 1961 ou o golpe de 1964." (Nelson Jobim)

"O presidencialismo, senão em teoria, pelo menos na prática, é a consagração da irresponsabilidade." (Rui Barbosa)

Além desses pensamentos, que quero deixar para reflexão dos pares desta Casa, quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamar esta Assembléia Legislativa para que nós, unidos e de mãos dadas, possamos ir às ruas, às praças públicas, ao povo, ao Estado de Minas e à Nação lutar para que o presidencialismo deixe de existir em nosso País e passemos a viver, dentro em breve, no regime parlamentarista, que é um regime democrático, um regime voltado para as grandes causas da Nação.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, senhores e senhoras da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, subo aqui com o propósito de falar a respeito do nosso trabalho político, dessa vocação que Deus me deu e nos deu, mas sou solicitado, porque está no sangue, a falar, ainda que por pouco tempo, ao meu companheiro Geraldo Rezende, a quem sucedo com muita honra. É por vê-lo descrever com eloquência esse sistema, os nossos sistemas. Digo que esta é uma Casa onde se expõem as idéias. Já que está surgindo a reflexão, o debate em nível de Congresso para repensar o regime. O sistema tem que ser apenas presidencialismo ou parlamentarismo? Quem sabe, repensar também a monarquia parlamentarista? Às vezes, quando se fala em monarquia, as pessoas até riem, mas V. Exa. sabia que na época do Império havia proporcionalmente mais escolas no Rio de Janeiro que hoje? Vocês sabiam que à época do Império o salário recebido por uma professora primária - foi feita uma comparação para a nossa época - equivalia a US\$2.700,00? Vocês sabiam que à época do Império tínhamos a segunda marinha do mundo, e o nosso parlamento ombreava com o da Inglaterra? Vocês sabiam que à época do Império o nosso conto de réis, por mais de 50 anos, não teve inflação alguma, chegando a uma inflação infima de 0,8 ou 1,8% à época da Guerra do Paraguai? Vocês sabiam que à época do Império o nosso parlamento era um exemplo para a Europa e realmente ombreava com o da Inglaterra?

Rui Barbosa, a Águia de Haia, chegou a declarar o seguinte: o parlamento do Império era uma casa de estadistas; o da República é uma praça de negócios. Tínhamos um sol, tínhamos um farol. Hoje, temos sátropas.

No sistema parlamentarista com Presidente, o Presidente é eleito pelo povo. Para quê? Ele fica qual figura inútil, com a finalidade exclusiva de ser um fantoche, uma figura apenas de representação e com a função de fiscal do povo sobre o poder parlamentarista; um homem. O Primeiro-Ministro é eleito pelo Congresso; o rei parlamentarista não tem compromisso com ninguém, força alguma o colocou ali, ele não tem compromissos com empreiteiras, com grupo algum, com interesse algum. Ele é uma figura de representação? Claro que não. Na hora de interferir, o povo fica com o rei.

Vocês sabiam que 60% da economia mundial estão em mãos de dez países monarquistas? Japão, Canadá, Inglaterra. Vejam a Espanha, a mudança que lá ocorreu. Temos uma família de rei, a estirpe. Não, não estou dizendo que deve ser esse o regime, mas que devemos repensar a República. Será que ela deu certo?

Tenho tempo para expor o que vim fazer aqui. Creio que teremos oportunidade para o debate no longo período do Grande Expediente. Se o debate acirrar-se, que possamos debater sobre qual seria o melhor sistema, o melhor regime para o Brasil, porque, na verdade, no republicano, o Presidente pensa nas próximas eleições. Vejam o Presidente da República. É ou não é? O pensamento dele é só esse. O rei pensa nas próximas gerações, ele é forjado nos degraus do poder.

Vocês sabiam que na nossa República não votamos em quem queremos? Você vai votar ou no Fernando Henrique Cardoso, ou no Itamar Franco, ou no Lula, ou, então, em outro do PT. Vamos repensar o assunto. Aqui é a tribuna do pensamento.

Parabéns, Geraldo Rezende, por sua nobre exposição.

Srs. Deputados, Deputado Romeu Queiroz, com muita honra dirijo-me a V. Exa., meu Presidente, para dizer que me sinto honrado por esta Casa ter-me indicado para a Presidência da Comissão de Meio Ambiente. Sou ambientalista nato, amo o meio ambiente. E amo por conhecimento, amo porque sei que a terra é organismo vivo e que habitamos a terra e somos da terra em nossa constituição física. Somos constituídos pelos 11 elementos da terra, cobre, zinco, manganês, ferro. Amo porque sei que, quando açoitamos a terra, açoitamos a nós mesmos.

Estava em viagem neste fim de semana e, na região de Várzea da Palma, adentrei à direita, às margens do rio das Velhas. Ali ocorre um rio paralelo a ele, de águas cristalinas, mas todo empoçado, todo assoreado, chamado rio Bananeiras. Sabem onde vi uma carvoeira? Às margens do rio das Velhas. Onde estão os fiscais? Onde está o IEF? Onde está o IBAMA?

Fomos a Pirapora, onde tivemos a oportunidade de estar com o Presidente da Associação dos Pescadores do Vale do São Francisco, pescadores que antes, por não conhecerem a verdade, chegaram a me ameaçar, alguns com a conversa de que eu podia morrer se passasse por ali, que eu não deveria andar em Três Marias. O homem que queria acabar com a profissão, com a vocação. Eles entendem que não, que na verdade a pesca é a maior fonte de divisas turísticas do mundo. Vocês sabiam disso? Pessoas enfrentam 1.000km de estrada de terra para ir a Poconé pescar. Nosso rio é maravilhoso, e os peixes acabaram porque a pesca de rede é predatória, e eles, coitados, são também oprimidos pela corrupção da alma, pois a ganância de empresários que comerciam peixes os obriga a pescar, já que não há opção de empregos. Demos entrada nesta Casa a um projeto, quando tomamos posse aqui, e com todo respeito parabênizo S. Exa. o Governador Eduardo Azeredo por ter desenvolvido, por tê-lo sancionado. Este Deputado, porém, quer participar mesmo da execução desse projeto, porque a idéia que demos no projeto original, de que deveríamos empregar 3 mil pescadores, é sem onerar em um centavo para o Estado, com cada pescador amador pagando uma taxa de R\$10,00. Já são 500 mil registrados em clubes, totalizando R\$5.000.000,00 mensais. Na verdade serão mais de R\$2.000.000.000,00, porque a pesca atrai pessoas. Eles serão educados. Tenho feito palestras nas colônias de pescadores de Januária para repovoar os rios com alevinos e replantar as matas ciliares. Se pagar a cada um R\$500,00 por mês, 3.000 totalizarão R\$1.500.000,00. Junte-se mais R\$1.500.000,00 para a folha de pagamento, porque o homem é o principal. É 13º salário, férias, assistência médica, dentária, e ainda sobram R\$2.000.000,00 para serem aplicados em sementes nativas ou no replantio do desenvolvimento das matas ciliares e do repovoamento dos nossos rios. Minas Gerais pode ser um potencial turístico. Três Marias pode ser um celeiro, mas, como não se realizou isso, esperamos que S. Exa. venha a realizar. Este Deputado sequer foi citado quando essa lei foi sancionada, mas alegra-se por ter deixado um rastro.

Entretanto, Srs. Deputados, uma alternativa surgiu, porque o Banco do Nordeste, vocacionado que é para o social, agora desperta. Fomos e telefonamos para cada gerente, colocamos em contato com eles os Presidentes das Associações de Pescadores, objetivando a instalação de pequenas agroindústrias, piscicultura, criação de patos, suinocultura, nas quais o lucro é dividido em partes iguais, no sistema de cooperativismo.

Temos que cuidar do meio ambiente. Hoje, entramos com requerimento na Comissão de Meio Ambiente para que se instale nesta Casa o "disque-denúncia meio ambiente". Eu cumpro a minha função de parlamentar, cada um cumpre a sua função de cidadão, e os cidadãos unidos não de denunciar os crimes que se estão cometendo contra o meio ambiente.

Tenho a convicção, meus senhores e minhas senhoras, de que isso é uma lei física de Deus, e a natureza também retribui. Todos temos de sentir que temos um país maravilhoso, um país rico na sua fauna, na sua flora, um país rico em rios, em belezas indescritíveis, um país turisticamente vocacionado, porque tem o povo mais maravilhoso do mundo. Cuidemos bem do nosso País. Agradeço aos Srs. Deputados pela oportunidade que me deram de estar à frente desta Comissão que muito me honra, a Comissão de Meio Ambiente. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão * - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para tratar de dois assuntos que considero importantes para a nossa reflexão. O primeiro deles, que quero apenas colocar para reflexão de todos os parlamentares, colegas, companheiros e companheiras desta Casa, é a Resolução nº 9/97, do Tribunal de Contas do Estado.

Estamos votando um projeto nesta Casa que amplia a estrutura do Tribunal de Contas, e muitos dos argumentos aqui levantados são de que ele estaria sobrecarregado e subdimensionado para as demandas do Estado. É apenas para reflexão de todos os Deputados desta Casa que estão defendendo a ampliação da estrutura do Tribunal de Contas. (- LÊ:)

"Resolução nº 9/97

Altera o art. 28 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 13, XXIX, e 16, II, da Lei Complementar nº 33, de 28/6/94, observadas as disposições regimentais, resolve:

Art. 1º - O art. 28 do Regimento Interno do Tribunal de Contas passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28 - Os Conselheiros terão direito a férias anuais coletivas, por 60 (sessenta) dias.

§ 1º - As férias coletivas serão gozadas nos meses de janeiro e julho.

§ 2º - A remuneração do Conselheiro em férias será acrescida de 1/3 (um terço), calculada sobre a sua remuneração mensal.

§ 3º - As férias-prêmio poderão ser parceladas. '."

Então, são 60 dias de férias para os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, mais férias-prêmio, e os nobres Deputados ainda querem aumentar a estrutura desse Tribunal. Atendem para isso, Srs. Deputados. A situação de Minas não está tão boa a ponto de permitir-nos ampliar a estrutura de um órgão que dá 60 dias de férias, mais férias-prêmio.

A outra questão é relativa ao que já está sendo comentado, denunciado e explicitado na imprensa de Minas Gerais. Quero destacar o artigo de Nairo Alméri, do jornal "Hoje em Dia"; os artigos e as informações do jornal "Estado de Minas", principalmente desta semana; e um artigo do "Estado de Minas" de 27 de agosto que fala sobre a venda da parte podre da CEMIG, e a venda de mais uma empresa do Estado, a COPASA-MG.

Vou encaminhar à Mesa, hoje, dois requerimentos. Um deles é dirigido ao Secretário do Planejamento, Walfrido dos Mares Guia, e por meio dele solicito o envio dos relatórios da consultoria realizada pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Internacional, que faz a avaliação da estrutura atual de saneamento do Estado. Quero lembrar aos Deputados que,

embora não tenhamos o valor definitivo dessa consultoria, as informações que temos indicam um custo superior a R\$1.000.000,00. Estou solicitando que os relatórios sejam entregues aos Deputados para que possamos tomar conhecimento dessa análise de custo tão elevado.

Srs. Deputados, até hoje muito poucas pessoas têm conhecimento desses relatórios e das razões dessa consultoria. Parece-nos que essa consultoria está servindo aos interesses de muito poucos componentes do Governo. Gostaria até de saber se alguém que representa o Governo aqui nesta Casa, do PSDB, do PMDB, do PPB, tem acompanhado essa consultoria, se sabe alguma coisa sobre essa consultoria, das razões dessa consultoria. Parece-nos que ela está restrita a poucas pessoas e a grandes interesses econômicos e não aos interesses do povo de Minas Gerais.

Estamos pedindo, também, o relatório de uma empresa chamada Coopers & Lybrand, que está fazendo consultoria na COPASA-MG. A informação que temos é que essa consultoria está custando aos cofres do Estado ou da COPASA-MG em torno de R\$900.000,00. Essa consultoria teve início neste ano, e a consultoria da Deloitte há aproximadamente dois anos. Essas informações serão fundamentais para nós, Deputados, serão fundamentais e de grande interesse para o povo do Estado de Minas Gerais. O que se está falando, e tive a oportunidade de conversar com alguém que trabalha na COPASA-MG e está acompanhando mais de perto, mas sem ter acesso a todas as informações, é que, por onde passou a Coopers & Lybrand, o resultado final foi a privatização. O que se está falando agora é sobre a privatização da COPASA-MG. Quero chamar a atenção dos Deputados e das Deputadas desta Casa, do povo mineiro, dos servidores da COPASA-MG, dos servidores públicos de modo geral, dos companheiros e das companheiras servidores da CEMIG para que tenhamos o direito de esperar nesta Casa ou neste Estado e para que nos organizemos a fim de defender o Estado de acordo com os interesses do povo mineiro. Não podemos ficar na expectativa de, quando algo acontece em determinado setor da vida pública, dizer: olha, isso não é comigo, então nós não vamos reagir. Talvez isso já tenha acontecido muito. Quando o pessoal da MinasCaixa foi atingido de maneira violenta pelo processo de liquidação, poucos reagiram, porque eram pessoas ligadas à MinasCaixa. Não reagiram, também, os outros, quando as vítimas foram os servidores da CEMIG. Se nós apenas acompanharmos esse processo, verificaremos que, quando o resultado final for atingido, a última vítima poderá ser cada um dos mineiros. É necessário, neste momento, que - estou chamando a atenção e apelando para todos os mineiros, de modo muito especial para os Deputados de Minas Gerais - acompanhemos com carinho, dedicação e rigor o que está acontecendo neste Estado. Este Estado está sendo entregue a grandes interesses multinacionais, interesses do capital, em prejuízo do povo mineiro, em prejuízo do Estado brasileiro. O que aconteceu com a CEMIG, por exemplo, é uma questão escandalosa. Vender a CEMIG a baixo preço, em torno de 14% da arrecadação do seu capital estimado, para garantir um controle de 36%, e mais, com o poder de veto, é um absurdo, é um atentado à inteligência de Minas. Não se pode imaginar que, com essa lógica, vamos promover desenvolvimento, aprimorar o setor administrativo, a capacitação do desenvolvimento do Estado.

Estão propondo, agora, a venda da COPASA-MG. E nesse contexto existem várias desinformações e várias posturas que nos preocupam mais ainda. O Governador disse que não tem interesse em privatizar; o Vice-Governador, Secretário do Planejamento, anuncia que tem interesse em privatizar e, deixando isso transparecer, conduz o processo na lógica da privatização. Um Deputado do Governo, do PSDB, vem a esta tribuna manifestando-se contra o processo de privatização da COPASA-MG, mas confessa para todos nós que não tem informação do processo que está ocorrendo no Governo. Isso nos preocupa, pois mostra que este Governo tem um caráter profundamente autoritário, um caráter de decisões centralizadas que marginaliza seus próprios pares. Essa é uma situação muito perigosa. Enquanto o Governo vende, nós não vemos a contrapartida nas políticas sociais, no processo de desenvolvimento do Estado. O Governo vende o seu patrimônio, e o que vemos é o acumulo de dívidas. O Estado de Minas Gerais se endividou, nos últimos anos, no Governo Azeredo, o equivalente a 140% de sua dívida original, ou seja, os US\$5.000.000.000,00 de dívida se transformaram em US\$12.000.000.000,00. Qual o resultado disso? Onde foram feitos os investimentos? Qual é a situação da saúde no Estado de Minas Gerais, a não ser as denúncias sucessivas de que a Secretaria da Saúde tenha se transformado num "bureau" eleitoral? É só isso que a gente ouve. E nós estamos aqui preocupados em resolver problemas internos, problemas de emprego para alguns Deputados que não querem mais disputar eleição, aumentando, assim, a estrutura do Tribunal de Contas. Esta Assembléia, se não adotar uma postura de defesa dos interesses do povo mineiro, vai pagar caro por isso no futuro. Não vai sobrar, para as gerações futuras, nenhum fator de admiração de uma Assembléia que deveria estar cuidando dos nossos interesses, dos interesses do Estado, da sociedade, dos interesses coletivos. Vender a COPASA neste momento, para quê? A iniciativa privada vai melhorar a estrutura de saneamento do Estado?

Quero chamar a atenção dos nobres Deputados para uma questão muito séria. Em 1992 fizemos nesta Casa um seminário estadual para discutir saneamento. Participaram dezenas de instituições ligadas à questão do saneamento e à defesa ambiental. Produzimos documentos importantíssimos. Mais do que isso, do seminário resultou uma lei que formula a política de saneamento para o Estado de Minas Gerais. Essa lei foi aprovada em 1995 e até hoje não foi regulamentada. O seminário propôs, e nós conseguimos constituir uma lei que cria o Fundo Estadual de Saneamento Básico. Até hoje não existe um tostão nesse Fundo. O mais grave: apontamos que saneamento é questão vital para a qualidade de vida de um modo geral e, de um modo muito especial, tem profundas inter-relações com a questão da saúde. E aqui quero dizer para o Exmo. Sr. Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz, que saneamento tem muito a ver com saúde. Não temos como dissociar saneamento de saúde. Não se pode garantir uma estrutura saudável para o Estado se não tivermos uma estrutura adequada de saneamento. Saneamento é básico para a saúde.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Acompanhamento atentamente o pronunciamento de V. Exa. Só gostaria de saber de onde surgiu essa informação de que o Governo estaria tentando privatizar a COPASA-MG. Fiquei preocupado depois de alguns pronunciamentos ontem, recorri ao arquivo da Casa, e não existe nenhuma proposta nesse sentido. Estive com o Governador manifestando a minha preocupação, porque na verdade temos que avaliar a proposta e recebê-la com muito cuidado e critério, e o que o Governo me disse é que há um estudo no sentido de tentar modernizar a COPASA-MG por meio de suas ações, colocando-as na bolsa, mas que não há esse pensamento de enviar para cá qualquer projeto dessa natureza.

Acho que a preocupação de V. Exa. é pertinente. O que estou achando, nobre Deputado, é que está faltando assunto neste Estado. Levanta-se uma hipótese, e isso gera notícias dia após dia, semana após semana. Acho que a questão da privatização é séria, temos que encarar-la com muita responsabilidade, mas em cima de fatos reais. Não podemos estar aqui discutindo hipoteticamente uma ação que o Governo não enviou para esta Casa para discussão e nem tem pretensão, neste momento, de fazê-lo. Se o fizer, vai ser baseado em estudos técnicos e vai ser para modernizar essa Companhia.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, para concluir, apenas quero dizer ao nobre Deputado Carlos Pimenta, que como médico sabe que as ações preventivas são mais importantes que as curativas, que, neste momento, se não tivermos os cuidados preventivos adequados, vamos correr o risco de verificar os mesmos acontecimentos relacionados com a CEMIG. Eu estou tomando cuidado, alertando os Deputados para que levantemos todos os estudos que temos em relação à COPASA-MG, para sabermos realmente das reais intenções e qual o processo que está em curso em relação a ela. O que não é admissível, nobre Deputado, é vermos estudos dessa natureza e desse custo correrem apenas em círculos restritos do poder. Fazemos parte do poder e temos que trabalhar na defesa dos interesses do povo mineiro. É por isso mesmo que venho a esta tribuna dizer que queremos, através de requerimentos, todos os relatórios apresentados pelas empresas que estão fazendo os estudos em relação à COPASA-MG. Se vai vender ou não, vamos concluir a partir do que estamos solicitando ao Estado e que até hoje ele não colocou à disposição dos Deputados mineiros. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, pessoas presentes às galerias, estamos aqui para encaminhar favoravelmente a Emenda nº 49, que, no nosso Regimento Interno, diz respeito à utilização da tribuna livre. Estamos solicitando a esta Casa que, em determinados assuntos e temas discutidos por nós, que digam respeito a alguma entidade ou associação, as pessoas tenham a oportunidade de vir aqui e, desta tribuna, fazer a sua defesa. Qual o tempo que ela utilizará? Ela utilizará o tempo cedido por um parlamentar. Ou seja, solicitamos que possamos ceder aquele tempo que temos aqui, aqueles 15 minutos, por exemplo, em casos excepcionais de votação de uma matéria, para que essas pessoas, ou entidades, possam vir aqui fazer a defesa. O Congresso Nacional oferece espaço para que as pessoas possam se manifestar. Várias Câmaras Municipais já utilizam esse instrumento, permitindo a participação do cidadão. Porém, nas Câmaras, o caso é diferente. Há sessões específicas e espaço específico para que a comunidade possa se manifestar. A emenda que estamos apresentando permite que, em determinados assuntos, o parlamentar possa ceder seu tempo para que alguém possa vir aqui fazer a defesa. É evidente que a pessoa que vier aqui vai se ater ao tema proposto, estando sujeito às normas e às regras já estabelecidas do processo legislativo que estamos desempenhando, não podendo, evidentemente, utilizar-se do tempo para fazer ofensas. Já tivemos essa experiência nos nossos seminários, mas queremos abrir oportunidade para a participação em projetos. Por exemplo, daqui a pouco haverá a votação de um projeto importante do Deputado Raul Lima Neto, que trata do Disque-900. Queremos criar espaço para que as pessoas possam vir aqui e falar a respeito do tema. Entendemos que esse espaço é fundamental. Para encerrar o meu pronunciamento, solicito o apoio dos Deputados e Deputadas para que possamos, no nosso Regimento Interno - que é permanente, fundamental, que nos orienta no desenvolvimento do nosso trabalho -, assegurar um aperfeiçoamento a mais, permitindo, mais uma vez, a participação do cidadão. Somos seus representantes. Não negamos isso, mas queremos que ele, também, possa, em determinados assuntos, posicionar-se. Por isso, peço o voto favorável a essa Emenda nº 49. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Essa emenda foi destacada por nós e, apesar de a comissão ter concluído pela rejeição, consideramos que a aprovação dessa emenda aperfeiçoa o processo legislativo, por isso a encaminhamos e solicitamos a compreensão dos colegas, para que votem favoravelmente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto que está sendo votado agora, senhores da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, é um projeto

simples, porém seriíssimo. O projeto dispõe sobre a obrigatoriedade de a TELEMIG de implantar senha para acesso, pelo usuário, do serviço 900 e dá outras providências. Todos nós sabemos que o serviço 900 está invadindo as casas das famílias do Estado de Minas Gerais e do Brasil inteiro e está vendendo os seus produtos pelo método da hipnose, o que é proibido em qualquer país sério. Esse serviço é importado dos Estados Unidos, mas lá o usuário do telefone tem uma senha. E hoje, com a modernidade, por um serviço de computador muito simples, com utilização de "software", a TELEMIG pode, à hora que quiser, instalar o sistema. Mas não interessa, porque o povo brasileiro foi sempre subproduto do interesse de grandes empresários.

Sobre esse projeto fizemos duas audiências públicas. Na primeira, Srs. Deputados, vi lágrimas de pais de família processados porque não podiam pagar a conta telefônica, porque aparecem artistas e mulheres falando para usar o serviço 900. Hoje o jogo está abertamente aprovado, aliás, hipocritamente praticado, porque os meios de comunicação são poderosos. E a TELEMIG não faz o mínimo esforço porque ela é única, é estatal e absoluta.

Srs. Deputados, rogo ao bom-senso dos senhores, porque o nosso dever parlamentar e o compromisso com o povo estão acima de qualquer outro compromisso empresarial. O que nós pedimos não é nada que vá onerar o Estado, é apenas que o usuário do telefone, para acessar o serviço 900, use a senha, porque quando ele deixa crianças em casa ou quando alguém tem acesso a seu telefone, a pessoa liga. Já recebi na minha casa, uma vez, uma conta de R\$830,00, porque uma sobrinha havia ligado para um tal de não-sei-o-quê Leão e Beto Carrero. Se eu tivesse a idade dela - eu fui julgá-la -, eu também o faria, porque a propaganda, o chamado, o apelo é tremendamente hipnótico. Evidentemente, a TELEMIG não tem interesse, mas esse é um interesse mesquinho. E, meus senhores, Minas Gerais já provou que o projeto é constitucional. Não interessa ao Governador aprovar esse projeto? Eu tenho as minhas dúvidas. Creio que não. S. Exa. é homem do povo. Não é possível. A TELEMIG não está acima do povo brasileiro, e a Constituição diz que o Estado pode legislar concorrentemente com a União em se tratando de economia popular. Está-se assaltando a economia popular.

Srs. Deputados, o projeto é simples. Mas, mais do que proibir esse abuso que vem sendo feito pela TELEMIG, ele especialmente é um projeto que vem para que o Estado de Minas Gerais dê o exemplo às outras "teleinconveniência" que existem em outros Estados, porque, se aprovado, e tenho a certeza de que o será, porque os Srs. Deputados...

Estou usando o meu tempo regimental, Sr. Deputado. Sou um parlamentar e tenho o direito de usar esse tempo regimental. É inviolável o exercício do direito de um Deputado e o dever de um parlamentar para apelar aos nobres pares, aos nobres colegas, que me ajudem, por favor, aprovando esse projeto, que é um projeto desta Casa, imbuído de lógica e verdade. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que o projeto do nobre Deputado Raul Lima Neto é excelente. Quem, na família, já não passou por problemas com esse Disque-900? Tenho na família uma afilhada que, no mês passado, gastou R\$520,00 só com o Disque-900. Quantas reclamações já não chegaram a esta Casa sobre o Disque-900?

Mas, Sr. Presidente, é notório que não existe "quorum" para a aprovação desse projeto. Acho que o nobre Deputado Raul Lima Neto, com a sabedoria que Deus lhe deu, tem que negociar mais. Se esta Casa não tem competência para legislar sobre normas da Federação, acho que cabe aqui colocarmos regras para o Estado de Minas Gerais. Com toda a sabedoria do nobre Deputado Raul Lima Neto, eu pediria a ele que retirasse o projeto de votação neste exato momento, porque não podemos deixar que esta Casa faça uma injustiça com o povo mineiro, que esta Casa rejeite o projeto ou que até mesmo façamos aqui alguma coisa que fosse contrariar os princípios do projeto, porque o projeto é bom. Pediria ao nobre Deputado Raul Lima Neto que articulássemos mais, que negociássemos mais, que fizéssemos normas, já que não podemos legislar no âmbito federal. V. Exa., Deputado Raul Lima Neto, tem que olhar melhor o Regimento Interno, nobre Deputado. Quando cheguei a esta Casa, ouvi isso do Deputado Geraldo.

Então, temos que ver isso, porque não podemos deixar de fazer uma regulamentação do Disque-900, uma situação que cabe a todo o povo mineiro, que está sofrendo com esses problemas. E cabe agora a nós, Deputados, regulamentar. Se através do projeto, da maneira como está colocado, salvo engano, ele fica inconstitucional, ele não tem como ser aplicado, temos, sim, condição de fazer uma boa discussão e regulamentar o assunto em Minas Gerais. E que caiba às outras Capitais, aos outros Estados, fazerem a sua parte. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Projeto de Lei nº 1.292/97 trata da modificação de uma lei que votamos em 1995, que autorizava o Governo do Estado a fazer operações de crédito no valor de US\$1.200.000,00. Agora foram feitas alterações, porque o Governo do Estado já utilizou mais de US\$400.000.000,00 e agora propõe, junto ao Banco Interamericano, mais US\$345.000.000,00. As modificações básicas que estão ocorrendo nesse projeto são as garantias que Minas está dando. Por quê? Porque agora a União e, principalmente, os artigos exigem isso. A questão que gostaria de levantar é que já tivemos a oportunidade de fazer um debate nas comissões técnicas a respeito dessas operações. A discussão que nós, da Bancada do PT, estamos levantando é a situação do endividamento do Estado. Queremos deixar claro, para que depois não parem dúvidas, que quem está fazendo a dívida é o Governador Eduardo Azeredo, para que depois não fiquem aqui dizendo que o endividamento é provocado pelos Governos anteriores, de que Azeredo não tem nada a ver com isso. Queremos deixar registrado que esse endividamento de mais de US\$1.200.000.000,00 é do Governo Eduardo Azeredo - fora os outros que já fez - e deixar isso muito bem claro, para mostrar ao povo que a situação que estamos enfrentando em Minas Gerais é também provocada por esse processo de endividamento sem muito critério, que fez Minas colocar-se de joelhos diante do Governo Federal. Queremos aqui estabelecer o debate sobre o endividamento do Estado, porque hoje estamos comprometendo mais de 14% de tudo aquilo que arrecadamos todos os meses, com o pagamento de juros, sem entrarmos no principal.

Precisamos aprofundar os estudos sobre essa questão, porque com esse aprofundamento e com essas novas dívidas, chegaremos ao ano 2000 comprometendo 20% de tudo o que arrecadamos, só com o pagamento de juros da dívida, sem contar o principal. Trata-se de um valor extremamente elevado. Não há condições de o Governo realizar políticas públicas de desenvolvimento de ações sociais se ele compromete 20% de sua receita com o pagamento de juros. Com esse processo de negociação da dívida, estaremos extremamente comprometidos pelos próximos 30 anos. Assim, não teremos condições de desenvolver outras políticas, só iremos pagar juros da dívida. A política desenvolvida pelo Governo hoje está nos levando a uma situação muito difícil.

Fazemos a seguinte indagação: se hoje já estamos comprometendo 14% e vamos chegar a 20% com os juros de nossa dívida, e o Governo diz que está gastando 45% da arrecadação com a educação e 78% com o pagamento do funcionalismo, essas contas não batem. Precisamos refazer essas contas, porque, ao somarmos esses números, dá mais de 100%. Que propaganda do Governo na televisão é essa que diz que de cada R\$100,00 arrecadados R\$45,00 vão para educação? Precisamos fazer um debate sério. Não podemos continuar aprovando processos de endividamento que comprometam a nossa receita e que depois, mais uma vez, a conta seja paga pelo funcionalismo público. O Governo vai dizer que não pode dar aumento ao funcionalismo, porque a folha está muito acima da arrecadação. Por que a folha está muito acima da arrecadação? Porque estamos pagando muito de juros. Gostaríamos de discutir com os Deputados como é esse processo.

Tenho em mãos a mensagem enviada pelo Governador do Estado a esta Casa, que trata desse projeto de reestruturação. Na justificativa do Governador, através de uma nota técnica, S. Exa. diz que: "O Estado de Minas Gerais vem negociando com o Banco Mundial, devidamente acompanhado pela Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN -, do Ministério do Planejamento e Orçamento, empréstimo destinado a cobrir parte dos muitos gastos com o projeto de reforma e modernização da máquina pública. Trata-se de um projeto que pretende redução das despesas e aumento das receitas, além da melhoria na prestação dos serviços públicos, através de sua descentralização ou transferência da sua prestação para o setor privado, quando for possível". Ontem, também tivemos a notícia sobre a COPASA-MG, que está dentro da lógica do raciocínio do Governo. Em sua nota técnica, S. Exa. o Governador ainda diz: "Nos seus diversos componentes, o Governo do Estado aplicará volume substancial de recursos, conforme consta no seu orçamento anual, computados os esforços da administração direta e indireta, sendo que parcela substancial desse esforço já se concretizou e compreende parte das providências para saneamento dos Bancos comerciais, como passo preliminar para transferência de seu controle acionário". Todo mundo viu que, por exemplo, na questão do CREDIREAL, gastamos mais de R\$800.000.000,00, vendemos por R\$121.000.000,00, e até agora não conseguimos receber esse dinheiro. Agora, vamos fazer a mesma coisa com relação ao BEMGE. Vamos gastar cerca de R\$400.000.000,00 com ele e devemos vender o Banco por cerca de R\$200.000.000,00. Vamos ter um prejuízo da ordem de R\$200.000.000,00 para poder transferir o controle do BEMGE. Em sua justificação, diz ainda o Governador: "Das demais medidas preconizadas, algumas foram realizadas, sendo mais importantes, por seu reflexo na redução da despesa, os "programas de demissão voluntária, que já propiciam uma razoável economia nos órgãos de origem, e o aumento da contribuição do servidor público para custeio da previdência do funcionalismo."

Segundo o Governador, o Programa de Demissões Voluntárias e o aumento da contribuição previdenciária já melhoraram a receita. No entanto, o Governo ainda diz que precisa de mais, porque não conseguiu ainda resolver os problemas. Quer dizer, vai tirando cada vez mais daquele elemento central na manutenção do Estado, que é o servidor. E vai fazendo programas e mais programas para resolver os problemas de administrações equivocadas, como foi o caso do CREDIREAL. O mesmo irá acontecer com relação ao BEMGE. Para conseguirmos resolver de vez a situação da MinasCaixa, vamos gastar em torno de R\$1.100.000.000,00. Certamente, o povo irá ajudar a resolver, a pagar, a fim de acabar de vez com o que foi um dia a MinasCaixa, que, no meu entendimento, apesar de ser uma excelente instituição, apesar de contar com funcionários extremamente qualificados, extremamente preparados, foi mal gerida. Portanto, as ingerências políticas causaram a quebra da instituição, o que nos tem custado muito até hoje.

Aproveitando o momento do debate, o momento da discussão a respeito dessa alteração que o Governo quer fazer para continuar endividando o Estado, gostaríamos de dizer, Srs.

Deputados e Sras. Deputadas, que precisamos fazer um debate sério. Hoje, através dos jornais, vimos o Governador do Estado reclamando da Lei Kandir, reclamando que o Governo Federal está nos tirando dinheiro. No entanto, o Governador Eduardo Azeredo, ao mesmo tempo em que vai aos jornais clamar que o Governo Federal está sacrificando Minas, novamente manda para esta Casa um projeto que, mais uma vez, penaliza o Estado; um projeto que, mais uma vez, coloca para nós taxas de juros extremamente elevadas. Hoje, não temos condições de fazer antecipações de receitas orçamentárias, porque ninguém mais confia, pois o Estado de Minas Gerais já estourou todas as suas cotas. Como não conseguimos mais pagar, ninguém mais nos faz empréstimos. Não temos mais como fazer novas emissões, porque ninguém mais tem confiança em nós, em virtude de não termos mais o que fazer. Vendemos o CREDIREAL, estamos vendendo o BEMGE, o resto da MinasCaixa será fechado, vendemos 33% das ações da CEMIG, e o Governo quer vender a COPASA-MG. Para quê? Para abater parte dos juros da dívida. Por quê? Em virtude de negociações mal-feitas. Por que o Governador Eduardo Azeredo não começa uma mobilização dos Governadores do País? O nosso Governador Cristovam Buarque tem colocado isso claramente, e temos levantado essa bandeira, ou seja, precisamos fazer uma campanha para a redução das taxas de juros. Se não fizermos tal redução, não adianta demitir funcionários, não adianta cortar folha de pagamento, não adianta vender novas ações, porque as taxas de juros vão nos arrebentar novamente. Não vamos conseguir resolver os problemas, se não abaixarmos as taxas de juros. Apesar de todo esse esforço, apesar da venda das ações da CEMIG, as taxas de juros consomem tudo rapidamente.

Hoje, a nossa dívida é superior a R\$14.000.000.000,00, que, multiplicados por uma taxa de juros mensal da ordem de 7% ou 8%, significa que estamos gastando mensalmente mais de R\$60.000.000,00 e R\$60.000.000,00 por mês é muito mais do que, por exemplo, toda a folha de pagamento dos Poderes Legislativo e Judiciário juntas e ainda dá para cobrir parte da folha dos aposentados. Portanto, não adianta fazer outra coisa, não adianta o Governador reclamar que não tem dinheiro, se ele não vai ao ponto central, se ele não discute o ponto central, isto é, as taxas de juros, que nos arrebentam.

Ele continua fazendo empréstimos e, ao mesmo tempo, continua endividando o Estado e nos colocando à disposição do Banco Central, para nos monitorar. E o Banco Central quer que continuemos eternamente pagando juros, porque eles vão continuar ganhando dinheiro em cima dos Estados e dos municípios. Por isso aproveitamos e fazemos essa denúncia, já que, infelizmente, poucos são os debates sobre o endividamento de Minas. Mas, com certeza, quando terminar o processo das eleições, todo mundo começa a achar um responsável. E vão jogar lá atrás a responsabilidade pela crise financeira, pelos problemas, pelas dificuldades. Quem começou foi o Governador Hélio Garcia, depois Newton Cardoso, Hélio Garcia de novo; agora vem o Azeredo. Responsabiliza-se todo mundo, mas o que está sendo votado, aqui, é o projeto elaborado e assinado pelo Governador Eduardo Azeredo. É o Secretário João Heraldo que está montando esse processo de renegociação e de submissão de Minas Gerais, que não questiona essas taxas de juros. É esse pessoal que está fazendo isso. Depois ainda quererem responsabilizar outras pessoas. Quero deixar registrado, nos anais da Casa, porque um dia o Governador Eduardo Azeredo vai ter de responder por isso, pelo processo de fazer com que Minas Gerais tenha de se colocar de joelhos, comprometendo grande parte de suas receitas com o pagamento de juros, sem pagar o principal. Essa política só leva o Governo de Minas a diminuir os atendimentos na área social, fazendo com que o Governo de Minas tenha de arrochar, cada vez mais, o salário dos servidores, que tenha, cada vez mais, de criar crises como vamos ver agora na greve da educação, como provocou a greve da Polícia Civil e da Polícia Militar. É essa política equivocada que tem levado o Estado a essa situação.

Para concluir, enquanto o Governo Federal arrocha, ainda temos de ouvir o Presidente da República dizer que a moda agora é a dentadura. Leva os Estados ao arrocho, a uma situação difícil, depois vem com dentadura para resolver o problema. O Presidente da República confessa que está acabando com o sistema de saúde. Ele está fazendo com que o povo perca seus dentes por falta de assistência de saúde, para que depois o povo tenha de mendigar uma dentadura. Essa é a lógica desse Governo tucano; é levar o povo a ficar desdentado, por falta de condições para tratar dos dentes. Quem sabe será essa campanha? Parece que o Presidente Fernando Henrique já está dando a senha. Ano que vem a campanha deve ser a distribuição das dentaduras, para tentar resolver o problema do povo.

Gostaríamos de encerrar. O processo de endividamento do Estado é uma questão muito séria, na qual todos nós precisamos nos aprofundar. Caso contrário, seremos coniventes com esse processo de entrega, com esse processo de desmonte do nosso Estado, um Estado que sempre se levantou, um Estado que sempre esteve na linha de frente das grandes batalhas pela transformação deste País. Infelizmente, hoje Minas Gerais está exatamente na contramão daquilo que sempre foi a sua história, que é de lutar por liberdade, que é de lutar pela manutenção da Federação e, acima de tudo, pela manutenção das conquistas sociais do seu povo. O Governador Eduardo Azeredo faz exatamente o contrário. Espero que o povo saiba lhe dar a resposta no momento correto. Muito obrigado.

292ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 9/9/97

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, companheiros administradores que nos honram com suas presenças nas galerias, hoje é o dia do administrador. A administração, como atividade relacionada com a cooperação humana, sempre existiu. Seu estudo científico, porém, é bem mais recente. Historicamente, a administração foi estudada em todos os tempos, embora com percepções, intensidade e métodos variados. No Brasil, somente em 1941 foi criado o primeiro curso e, em 1965, no dia 9 de setembro, foi criada a profissão do administrador.

Ao longo dos anos, a arte de administrar foi-se consolidando como profissão imprescindível no mercado de trabalho. Hoje somos 180 mil no País e atuamos nas mais diversas áreas, com a preocupação permanente de conservar o que Katz apontou como características indispensáveis ao processo de administrar: habilidade humana, técnica e conceitual.

Os desafios permanentes na rotina do administrador exigem-lhe percepção e postura empreendedora, capacidade de liderança, fortes valores éticos, visão crítica, holística, criatividade inovadora, flexível, intuitiva, analítica e domínio da administração de negócios, abrangendo também a administração da organização, do mercado e da comunicação.

Com os fenômenos da globalização e da privatização, mais do que nunca os conhecimentos da administração são imprescindíveis para se fazer uma leitura correta e se estabelecerem políticas eficazes ante a nova realidade. Neste momento, os administradores têm à frente o desafio da pressão internacional, num ambiente em que as empresas devem ser competitivas internacionalmente e ter também atuação voltada para o mercado interno. Neste contexto, também lhes cabe a missão de achar um ponto de equilíbrio para que as empresas estatais privatizadas assimilem os resultados de eficiência e lucratividade próprias da iniciativa particular sem, contudo, abdicar de suas finalidades sociais, historicamente firmadas e indispensáveis ao povo brasileiro. A longo prazo, é preciso considerar também que novas ondas tecnológicas e de reestruturação produtiva deverão ocorrer num futuro não muito distante. A preparação do País e o trabalho dos profissionais da administração serão importantíssimos para essa futura rodada.

Nesta oportunidade, quero parabenizar o Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, na pessoa de seu Presidente, o colega Francisco Pereira da Silva, que tem se destacado no Brasil e no exterior pelos trabalhos realizados, notadamente o XIII Encontro Brasileiro de Administradores, em 1994; o Congresso Pan-Americano de Administração, em 1995, na cidade de Orlando, na Flórida; a iniciativa pioneira de promover o I Encontro de Professores e Coordenadores dos Cursos de Administração e o lançamento do I Fórum Nacional de Administração.

Hoje, dia 9 de setembro, estamos aqui para homenagear os companheiros de profissão - administradores, categoria que se destaca no cenário contemporâneo e com importante papel para o futuro do nosso País.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Alberto Pinto Coelho, nobre líder do nosso partido, muito nos honra tê-lo como líder porque sempre que V. Exa. fala demonstra sua vocação política, elogiando quem deve ser elogiado e admoestando quem deve ser admoestado. V. Exa. está de parabéns.

Todos nós, sem dúvida, sentimos-nos honrados também em fazer coro com V. Exa. na parabenização ao Conselho Regional de Administradores, representado nesta galeria por seu Presidente, que honra a todos os Deputados, nosso querido irmão em Cristo Prof. Francisco Pereira. Deputado Alberto Pinto Coelho, parabéns. Parabéns, Conselho Regional de Administradores.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Agradeço suas palavras, nobre companheiro Deputado Raul Lima Neto. Concedo, com muita honra, aparte ao Deputado Baldoneto Napoleão.

O Deputado Baldoneto Napoleão (Em aparte)* - Quero congratular-me com V. Exa. pela iniciativa de usar a tribuna hoje para homenagear o Conselho Regional dos Administradores de Minas Gerais e do Brasil. Como administrador, por profissão, gostaria de dizer da nossa alegria em ouvir nesta Casa os líderes que nos representam no Conselho Federal de Administração, no Conselho Regional de Administração e no Sindicato dos Administradores do Estado de Minas Gerais, aqui representados por nosso colega e amigo Francisco Pereira. Saúdo todos os companheiros que aqui se encontram nesta tarde.

Agradecendo a oportunidade do aparte, Deputado, quero dizer que, realmente, é digna de nota a comemoração do Dia do Administrador. Rapidamente, quero dizer o seguinte: muita gente se engana ao diagnosticar a raiz da crise da sociedade de hoje. E uma das alternativas que temos para entender o porquê dessa crise é a comparação do nosso País com os países do Primeiro Mundo. Se nos detivermos nessa observação, vamos verificar que a crise que vivemos é, antes de tudo, uma crise de administração, seja no setor privado - principalmente no Brasil, que está submetido a uma concorrência com o Primeiro Mundo -, seja no setor público. Ingênuo é aquele que achar que a solução dos problemas da educação, da saúde, da defesa do meio ambiente e da segurança passam apenas pela importantíssima vontade política dos que dirigem o País, os Estados e municípios. Passa, principalmente, pela profissionalização da administração pública, pelo compromisso dos administradores e das instituições com a ciência da administração. É por isso que o administrador caminha, cada vez mais, em direção à afirmação da importância de seu trabalho na sociedade e à demonstração de que não são os amadores e bem-intencionados que irão dirigir com competência, eficiência e profissionalismo os destinos do País, dos Estados e dos municípios. Muito obrigado. Parabéns por sua iniciativa e parabéns a todos os administradores de Minas e do Brasil.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Eu é que agradeço o Deputado Baldonado Napoleão, que, como colega de profissão, muito engrandece a nossa classe com sua atuação na vida pública. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, representantes da imprensa, distinto e seletor público que nos vê e que nos ouve, povo mineiro, inicialmente, quero cumprimentar os administradores aqui presentes pela passagem hoje do dia do administrador. É uma honra a presença de todos aqui.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, a economia brasileira vem experimentando consideráveis transformações nos últimos anos. Nesse processo evolutivo, em que pesem os inevitáveis acidentes de percurso que podem implicar custo social elevado, o saldo das realizações é grandemente positivo.

Assim é que a inflação galopante foi debelada, e os índices dela registrados posicionam-se, agora, em nível das economias do Primeiro Mundo; alargou-se o mercado consumidor, com o ingresso nele de substancial parcela da população; a renda per capita foi aumentada, e fortalecidos estão os empreendimentos produtivos, com um dinâmico programa de privatizações.

Nesse panorama, o crédito cooperativo, ou seja, aquela facilidade creditícia tornada disponível através de órgãos destinados, basicamente, a atender categorias de cooperados, assume foros de importância. Afinal, sem crédito não há produção, enquanto toda e qualquer modalidade que venha a engrossar o rol dos financiamentos e aportes financeiros é sempre bem-vinda.

Vêm-nos essas considerações a propósito da instalação do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB -, o qual foi oficializada no dia 1º de setembro corrente, com o intuito de implementar entre nós esse tipo de crédito. Eis a razão por que ocupamos, hoje, esta tribuna, para saudar os responsáveis pelo empreendimento e registrar o fato auspicioso nos anais da Assembléia. E, levar esse fato ao conhecimento de toda a Minas Gerais, principalmente neste momento em que iniciamos o ano agrícola 1997/1998.

O Banco tem sede no Distrito Federal, sob o controle de 11 centrais de crédito cooperativo, que representam 8 unidades da Federação: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal. São suas acionistas cerca de 300 cooperativas singulares, estabelecidas por todo o País, e que operam, sobretudo, com os créditos mútuo e rural.

À Presidência do Banco, exercida de Brasília por nosso dinâmico conterrâneo e renomado técnico Dr. Raimundo Mariano do Vale, reportam-se três Diretorias Regionais. A primeira, em Minas Gerais, respondendo também pelo Estado de Goiás e pelo Distrito Federal, tem como Diretor Técnico um técnico financista e cooperativista renomado e do maior gabarito, que é o Dr. Hélio Duarte, a quem presto e rendo as minhas homenagens. Representa ele a Central das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado de Minas Gerais Ltda. - CECREMGE. O BANCOOB estará operando, em sintonia com as cooperativas e essas operações se inserem em um sistema, o SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito Integrantes do BANCOOB, o qual, por sua vez, responde por cifras das mais expressivas, tais como:

- é integrado por mais de 500 cooperativas, com mais de 500 mil associados; - corresponde a 70% do Produto Interno Bruto do cooperativismo no Brasil; - já totalizou empréstimos da ordem de quase R\$800.000.000,00, enquanto o resultado, em 1996, chegou a R\$40.000.000,00.

Registro, por oportuno, que no Norte de Minas, com sede em Montes Claros, temos a atuante Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas Ltda. - CREDINOR -, já com 10 anos de existência, com 1.500 associados e volume de aplicações atual em torno de R\$15.000.000,00 com patrimônio líquido de mais de R\$2.300.000,00.

À frente da CREDINOR está o atuante Presidente Hely de Oliveira Penido, auxiliado na Diretoria da Cooperativa pelo Vice-Presidente Ivo Steling e pelo Diretor-Secretário José Luiz Veloso Maia.

As cooperativas de crédito em Minas Gerais experimentaram, nos últimos anos, um desenvolvimento extraordinário, sendo que a Cooperativa de Crédito Rural de Minas Gerais Ltda., com apenas 9 anos de existência, já tem 106 cooperativas associadas, com 80 mil associados, volume de aplicações ou financiamentos de R\$120.000.000,00 e patrimônio líquido de R\$50.000.000,00.

Sua competente e dinâmica Diretoria é encabeçada também pelo Presidente Hely de Oliveira Penido, tendo como Diretor Financeiro Alberto Ferreira e como Diretor Administrativo José Eduardo Martins de Oliveira.

O Projeto da CREDIMINAS tem como finalidade obter a independência financeira do público meta. O sistema de crédito rural recicla os recursos gerados no setor rural devolvendo-os a este. Ele evita assim a sangria dos recursos do setor via sistema bancário convencional.

O setor rural é gerador e produtor de riquezas. No entanto, os recursos do setor migram para o mercado financeiro urbano, descapitalizando os produtores rurais. Anteriormente, os agentes financeiros públicos supriam a falta de recursos na área rural, mas sua ação foi minguando e o setor rural ficou prejudicado. É que os Bancos convencionais não têm o compromisso de reinvestir nas próprias áreas geradoras de recursos, o que causa, principalmente, o empobrecimento das praças menores. O crédito rural estanca essa sangria.

A CREDIMINAS, no dizer do seu Presidente, se sente orgulhosa de ser a instituição com maior percentual de participações no capital do BANCOOB, em torno de 26%, por ser a entidade de gênero que detém o maior número de cooperativas associadas, em todo o País.

Informo um dado da Casa para caracterizar a pujança das Cooperativas de Crédito.

Aqui na Assembléia temos a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais com a sigla COFAL.

A COFAL foi fundada em 20/6/80 por um grupo de 20 servidores da Assembléia que viram no cooperativismo a saída para os problemas financeiros dos funcionários da Casa. Hoje, com 1.229 associados a Cooperativa acompanha a passos largos a evolução do segmento cooperativista em Minas e no Brasil.

O objetivo da Cooperativa é a educação financeira e cooperativista de seus associados através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, além de colaborar com a expansão do cooperativismo de crédito em Minas Gerais.

Entre as 106 filiações da Central das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo do Estado de Minas Gerais - CECREMGE -, a COFAL, é a 10ª Cooperativa no "ranking" com base

no balancete de 30/6/97.

A nossa COFAL é competentemente dirigida pelos colegas Cristiano Félix dos Santos Silva, Diretor Presidente, Wagner Dias da Silva, Diretor Financeiro e Maria de Fátima Abreu, Diretora Administrativa.

O BANCOOB nasce, portanto, sob os melhores auspícios, contando com recursos respeitáveis e sendo administrado por profissionais de peso.

Pedimos vênia, a propósito, a seu Presidente, para transcrever suas declarações sobre o empreendimento: "Precisamos entender que o BANCOOB é algo muito importante. Ele é importante porque vem como instrumento de apoio e de desenvolvimento em todos os aspectos do crédito cooperativo. O crédito cooperativo é importante, pois, com seu crescimento, teremos o aperfeiçoamento e a melhoria do nível profissional, fatores fundamentais para o nosso desenvolvimento. O BANCOOB é uma instituição financeira que vai funcionar para sustentar o crédito cooperativo e não para ser sustentada pelas cooperativas".

Nossas felicitações, portanto, a todos os que idealizaram e estão colocando em funcionamento a oportuna empresa. Em especial, nossos cumprimentos aos Drs. Raimundo Mariano do Vale e Hélio Duarte, e nossos votos de pleno êxito na louvável iniciativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero também, nesta oportunidade, trazer a esta Casa e ao povo mineiro a informação de que, na segunda-feira, dia 8 de setembro, na cidade de Montes Claros, estivemos presentes, por ocasião da solenidade de abertura da 10ª Semana do Produtor Rural, promovida pelo Núcleo de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, e que se realizará no período de 8 a 12 de setembro, sendo sem dúvida um dos eventos mais importantes e marcantes para aquela região, que tem na atividade agropecuária o seu pólo de desenvolvimento.

Registro as palavras proferidas por ocasião da solenidade de abertura da Semana do Produtor Rural pelo Professor Edson Guimarães, autor desta feliz iniciativa, que registrou que as atividades da semana tiveram início na gestão do Professor Lúcio Tolentino Amaral, então Diretor do Colégio Agrícola de Montes Claros, que não mediu esforços para transformar a referida semana em uma atividade produtiva em prol dos produtores agropecuários do Norte de Minas. Gostaria também de registrar a presença na referida solenidade do Pró-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Antônio Maria Claret Torres, que aventou a possibilidade de o Colégio Agrícola de Montes Claros se transformar em uma Escola Superior de Agronomia para servir a todo o Norte de Minas. Desde já quero emprestar o meu total apoio à iniciativa de dotar Montes Claros de mais um curso superior e fico muito contente de ser este curso na área das Ciências Agrárias, pois como Engenheiro Agrônomo que sou sei da importância deste curso no desenvolvimento do setor primário da Região Norte e das Minas Gerais. Eram essas as palavras que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Exmos. Srs. Deputados, jornalistas, meus senhores e minhas senhoras. Infelizmente, a distinta platéia teve que se retirar, mas quero me dirigir também ao Conselho Regional dos Administradores. Mandarei esse pronunciamento a meu amigo Prof. Francisco Pereira, que honrou este Deputado com o seu voto para o exercício deste ministério parlamentar. Nas minhas palavras, quero dizer apenas que concordo com o nosso companheiro, Deputado Alberto Pinto Coelho, e com nosso companheiro, Deputado Baldoneto Napoleão, especialmente no aparte em que diz que a administração no Brasil é a culpada por tudo que o Brasil está passando, porque administrar é colocar em ordem. E como colocar em ordem a situação brasileira, se o nosso critério de justiça, se o nosso critério de valor na hora de se obterem os lucros das empresas é totalmente injusto? Ele valoriza mais o objeto, valoriza mais o lucro do que o homem. Nosso País é um país de grandes disparates. Não me refiro às pequenas empresas administradas por homens cheios de fé e sob milagres de Deus, porque os impostos terríveis que são obrigados a pagar fazem-nos guerreiros heróis, talvez os maiores do mundo. E isso porque nunca houve em toda face da terra uma república tão famigerada por obter impostos como a nossa. Isso traz-nos, senhores administradores, maldições. E maldições porque está escrito no manual do Governo Maior, na Lei Áurea, na nunca contestada Constituição, que é a palavra de Deus, escrito está que o governo amigo de impostos desgraça a sua nação.

Aproveito a oportunidade, desta tribuna, Sr. Presidente da Assembléia, nosso administrador desta Casa, para - e agora chamo a atenção de V. Exa. humildemente, cumprido cabalmente o ministério que nos é peculiar ou é de nossa responsabilidade - aproveito a oportunidade para falar. Aqui está o Poder parlamentar para orientar, fiscalizar, admoestar, exortar o Executivo. Dou uma idéia: por que o Governador não perdoa as dívidas das pequenas e micro empresas do nosso Estado?

É tão nobre isso. Elas não têm como pagar.

Tenho sido procurado e conheço muitos empresários amigos, homens retos, trabalhadores, cidadãos honestos. Ali no Barro Preto, por exemplo, onde tive minha comunidade, fiz um seminário. Durante ele alguns falavam assim: "Deputado, não tenho mais como sobreviver".

Ora, Sr. Presidente, este Deputado é a favor da globalização. Agora, globalizar a economia ou permitir a competição de fora sem, primeiramente, armar os pequenos empresários, as microempresas aqui de dentro, é suicídio, é loucura. É preciso, primeiramente, darem-se condições de competição ao microempresário, ao médio empresário brasileiro. E como? Acabando com essa infinidade de impostos, que nada mais são do que opressão, ferrão para castigar o povo brasileiro. O amigo de impostos desgraça a sua nação. E os grandes empresários, os empreiteiros, os banqueiros do Brasil? É preciso, senhores, que os administradores das grandes empresas, e também das pequenas empresas e microempresas, entendam que o objeto mais valioso que está ao seu lado, que o maior produto deste território em que você nasceu e do Estado em que você está é o seu semelhante, é o trabalhador. E dar um salário justo. "Salário" vem do vocábulo "sal". Precisa conter uma remuneração que dá para comer, morar e vestir.

No Brasil, o salário mínimo, na verdade, é um ídolo terrível, que amaldiçoa a Nação. O salário mínimo deveria acabar. Na verdade, deveria valer a livre negociação, com incentivos de todos os veículos de comunicação, com educação do povo, para que o homem passasse a entender que o principal produto é ele próprio e o seu semelhante; e que, quando o homem oprime seu semelhante, ele oprime a si próprio.

São Paulo, apóstolo político, era um empresário. Não sei quantos aqui sabem disso, mas o apóstolo Paulo tinha uma empresa, à época muito próspera. Saulo de Tarso vendia tendas aos árabes daquela região, aos judeus e a todos que peregrinavam por aquelas bandas. Ele era muito rico, um empresário. Quando ele foi iluminado, quando foi transformado por um encontro com a verdade, com a justiça, quando ele se deixou transformar - o nosso problema é que não nos deixamos transformar, porque nem sequer ouvimos, e só podemos ser libertos pela palavra, não há nada mais poderoso que a palavra -, quando ele teve um encontro com a Palavra, com Jesus Cristo, ele se transformou e deu um padrão para todos os administradores, que deveríamos copiar e diz assim:

"Nem pelos ouvidos não serem os olhos, não significa que os ouvidos não são membros do corpo. Nem pelos pés não serem as mãos, não significa que os pés não são membros do corpo. Todos os membros são importantes. Nem pela boca não ser o nariz, não significa que a boca não é membro do corpo." Todos os membros são importantes. Até aqueles, observem, que nos são às vezes indesejados, nós os revestimos de maior honra, porque todos são úteis ao corpo. Assim também, senhor administrador, senhores empresários, devemos entender que, nem pelo marceneiro não ser o dono da marcenaria, não significa que ele não é membro do corpo. Nem pelo trabalhador não ser o empresário, não significa que ele não é membro do corpo. É preciso distribuir equanimente. Vocês já imaginaram se todos os nossos membros fossem olhos? Que coisa horrível! Ou se todos os nossos membros fossem mãos? Assim também há engenheiro, médico, advogado, trabalhador, contínuo, varredor, mecânico. Todos são importantes. No corpo é necessário que haja uma distribuição mais equânime, porque, quando isso acontecer, senhores administradores, evidentemente virão felicidade e prosperidade para todo o nosso povo, e para você primeiro, administrador, porque os caminhos de Deus são retos, e Deus não anda por caminhos de injustiça. A Bíblia diz em Zacarias, em Malaquias, Capítulo III, que Deus será testemunha veloz contra aquele que assalariar com injustiça o trabalhador.

Sabemos que muitos pequeninos empresários, na verdade, deveriam dar apoio à livre iniciativa, à vontade. Estou fazendo isso agora pelo Norte de Minas, onde quer que possa aconselhar, para que pequenos grupos de 10 ou 20 famílias se unam e montem uma pequena agroindústria de açúcar mascavo, tapioca, bulbo e por aí fora. Hoje, com a globalização, já produzem em saquinhos e já mandam para o supermercado. CORBI mandou uma amostra do licor de pequi para a Europa, e fizeram um pedido em Montes Claros: ele teria de trabalhar 15 anos, durante 24 horas, para atender a somente um pedido. Podemos ter "n" agroindústrias pequeninas, com a economia distribuída entre as famílias. Poderíamos ter agroindústrias do licor dos frutos do cerrado. Precisamos incentivar a livre iniciativa, a pequena indústria artesanal. Quantos países de Primeiro Mundo, da Europa estão alicerçados a pequenas vinícolas? Mas há uma realidade luminosa: há uma distribuição justa de incentivo. Há conselho para que o ganho seja distribuído em partes iguais para cada família. É um sistema de cooperativismo. Comunismo não deu certo, já provou que não dá certo. Quem insiste no comunismo e no socialismo, na verdade está insistindo naquilo que comprovadamente está errado. Mas na economia moderna deveria haver especialmente o cooperativismo, a distribuição entre as pequenas famílias ou pessoas que ali trabalham. Só que o exemplo tem que partir primeiro dos grandes administradores, e em especial das administradoras multinacionais que aqui chegam e se acostumam com essa idolatria terrível, que é a ganância pelo lucro, e que pagam uma miséria por nossos brasileiros trabalhadores. Vejam a McDonald's, a diferença, com um lucro aqui, 12 vezes maior.

Ao senhor administrador do Estado: o funcionalismo não tem culpa. A mão-de-obra, o trabalhador, a professora estão sem aumento há quanto tempo! Ao meu querido administrador, Deputado Romeu Queiroz: há mais ou menos três anos, parece, que os funcionários desta Casa não têm aumento. Com dois anos sempre houve o de 15%.

No nosso gabinete existem pessoas que trabalham ali, viúvas competentes, homens, pais de família, professores aposentados, políticos agora, que trabalham mesmo, e trabalham às vezes sem a experiência, não têm o profissionalismo e não têm aumento há quanto tempo! Sei que estamos apertados e que precisamos economizar. Sei que a máquina tem que ser enxuta. É claro, mas o resultado de um trabalho digno é o salário do trabalhador. Não podemos economizar nunca na mão-de-obra.

Essa é a minha palavra a esse Conselho Regional de Administradores, o qual, administrando bem, pode vir a ser um testemunho, um arquétipo, um modelo para todo o nosso País. Muito obrigado pelo Dia dos Administradores.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna justamente para me contrapor às palavras do nobre Deputado Raul Lima Neto. Embora um iluminado da palavra, o Deputado Raul Lima Neto, que tanto prezamos, não pode se perder naquelas contradições, dizendo que socialismo e comunismo já estão derrotados. Queríamos dizer que o mestre Darcy Ribeiro afirmou há pouco tempo que o socialismo não morreu, porque enquanto houver capitalismo perdurará o sentimento socialista.

Quero trazer a esta tribuna não a nossa palavra, mas um artigo que há muito venho guardando para que aqui fosse lido e transcrito nos anais da Assembléia Legislativa. Trata-se de artigo do jornalista Augusto Marzagão, que foi Secretário de Comunicação Institucional do Governo Itamar Franco e Secretário Particular dos Presidentes Jânio Quadros e José Sarney. Por coincidência, o seu artigo, publicado na pág. 9 do "Jornal do Brasil" do dia 21/7/97, com o título "Os Excluídos da Nova Era", foi republicado com algumas modificações na "Folha de S. Paulo" do dia 4 de setembro próximo passado, na página de opinião, justamente com o título "O Horror dos Excluídos".

Eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não só o Plenário, as galerias, aqueles que trabalham nos gabinetes e a imprensa tivessem conhecimento desse artigo; por isso, solicito sua transcrição nos anais da Assembléia Legislativa, porque achamos que ele é muito oportuno e enseja, inclusive, resposta a alguma coisa dita pelo Deputado Raul Lima Neto na tarde de hoje. (- Lê:)

"Em artigo já de alguns meses aventurei-me a afirmar que o decantado fenômeno da globalização era a maior estratégia de 'marketing' da história da civilização ocidental. O que os seus críticos europeus chamam de pensamento único, isto é, uma sutil ideologia que esmagou todas as demais ideologias, inclusive a marxista, espalhou-se por todo o mundo e tornou-se uma espécie de unanimidade universal incontestável.

Mesmo entre nós, no Brasil, a discussão patina, e poucos são os analistas que vão além dos esquemas operacionais para atingir a questão de fundo, ou seja, as razões de um processo que se pretende um fim em si mesmo e solução definitiva para todas as calamidades humanas. A integração dos mercados, a derrubada das fronteiras comerciais, a globalização das trocas estariam inaugurando a grande nação planetária, preconizada na Carta das Nações Unidas e no pensamento dos idealistas.

Esse cenário utópico, entretanto, está comprometido por grandes manchas indistigáveis que se contrapõem dramaticamente a um processo imaginado harmônico e destinado ao benefício geral. Falo do desemprego, das desigualdades, da exclusão social.

O desemprego estrutural é apontado habitualmente como um preço que a sociedade paga pela mudança de paradigma. A nova ordem econômica internacional implica a redução gradual dos labores manuais, a reciclagem do trabalhador e do trabalho, em vista das vertiginosas transformações do processo produtivo ensejadas pela mecanização e pela informatização.

Quanto às desigualdades, elas seriam transitórias, pois no horizonte da globalização brilhará o sol da plena distribuição dos frutos do progresso. A exclusão, estreitamente vinculada ao desemprego, seria muito mais uma figura de retórica do que propriamente uma inquietante novidade.

Diante dessas pseudo-verdades, por vários anos calaram-se as vozes potencialmente críticas, silenciadas por uma gigantesca e inexorável onda de informação e de 'marketing', com a promessa do generalizado acesso às maravilhas da tecnologia e do consumo.

Mas não só a persistência, como o aprofundamento da crise do desemprego e suas conseqüências, começam a despertar do torpor pensadores, líderes e, principalmente, os marginalizados e excluídos do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida.

O debate, antes centrado quase que exclusivamente em variáveis e desequilíbrios econômicos e noutros aspectos desse intrincado jogo de interesses que se chama mercado, desloca-se paulatinamente para a questão de fundo: de que servem as maravilhosas transformações mundiais quando a exclusão se agrava, os pobres ficam mais pobres e a riqueza se concentra em círculos cada vez menores?

Acostumamo-nos a só enxergar a exclusão nos famintos da África, da América Central, dos bolsões de miséria do Nordeste brasileiro. Agora, porém, a exclusão assume novas formas e bate com igual dureza noutros segmentos sociais. Já não se limita aos trabalhadores manuais e aos sem qualificação, atinge também os de nível médio, como os bancários. Os jovens da classe média chegam ao mercado de trabalho com reduzidas perspectivas de inserção, e os quadros já formados, os profissionais de nível superior, por sua vez enfrentam pesadas barreiras e quase ficam sem alternativas quando a empresa onde trabalham decide fazer uma reestruturação (a palavra da moda é reengenharia).

A escritora francesa Viviane Forrester, até então dedicada à crítica de arte, indignou-se com o silêncio reinante no mundo intelectual diante do que está acontecendo e fez do seu livro 'O Horror Econômico' uma espécie de manifesto do inconformismo.

Ela não se deixa enganar pelo discurso do 'pensamento único' e adverte que os empregos perdidos nunca mais voltarão, simplesmente porque pertenciam a um modelo de relações de produção que desapareceu para sempre. Na sua opinião, passamos a viver um tempo em que o trabalho não tem mais quase nenhum poder de pressão sobre o capital, pois que este precisa cada vez menos do esforço humano.

É dolorosa a constatação da Sra. Forrester: os trabalhadores nem mesmo encontram interessados em explorá-los. As multidões de desempregados que diariamente batem às portas das fábricas em busca de um emprego continuarão a praticar em vão esse exercício humilhante até o fim dos seus dias. Empregos extintos não serão recriados, pelo simples fato de que não são mais necessários.

A alucinante velocidade do capital não corresponde à mobilidade do trabalhador, prisioneiro da geografia. O capital se desloca à velocidade da luz, pela fibra ótica das comunicações internacionais, em busca de melhor remuneração".

Aqui abrimos um parêntese. Foi isso que aconteceu recentemente no Sudeste asiático, com a crise da Tailândia e da Malásia. O capital se desloca momentaneamente pra outros países, enquanto o trabalhador está preso dentro da sua pobre geografia. Mas, continuemos com o que diz Augusto Marzagão:

"As fábricas podem mudar de país com igual facilidade, instalando-se onde a mão-de-obra é menos exigente e menos reivindicante, mas o trabalhador está amarrado às suas contingências, às suas restrições físicas; e assim vai aceitando condições contratuais cada vez piores para escapar à vergonha maior de ser um desempregado, um dependente da assistência pública.

No final do seu livro trepidante de indignação, a Sra. Forrester aponta perspectivas sombrias para o gênero humano, a perdurar a atual tendência. Levanta a hipótese do advento de uma hegemonia econômica sem outro objetivo a não ser o da autopropetuação, embasada em lucros crescentes. Nesse cenário, em que os valores éticos perdem qualquer sentido, as grandes massas dos excluídos se converteriam num peso morto sem nenhuma utilidade na nova civilização que inauguramos no vestibulo do terceiro milênio. A tentação totalitária então não tardaria a se manifestar, vindo nos párias, nos intocáveis de amanhã, um irritante obstáculo para a implantação da utopia globalizada, dentro de cuja moldura uma minoria

de eleitos da pós-modernidade poderia deleitar-se, sem o desgosto ou o remorso de ver famintos à janela.

E o que propõe a discutida autora de 'O Horror Econômico'? O pensar. A revolução do pensamento, a recuperação nos indivíduos da capacidade crítica, da análise, para saírem do entorpecimento geral que abre espaço para todas as manobras do poder do mercado, pretensa fonte da suprema verdade e do pensamento único.

De minha parte, diria que o progresso da ciência, da tecnologia, da agricultura, da indústria, enfim do extraordinário legado de conquistas da civilização, compõem o patrimônio de toda a humanidade e à toda a humanidade que devem servir. Que não se aceite a divisão artificial, falsa, sem apoio em qualquer justificativa moral, de um mundo feito de úteis e inúteis".

Achamos este artigo muito oportuno para uma época em que se fala tanto em globalização e neoliberalismo, coisas que não podemos confundir. A globalização, acreditamos, é um processo irreversível, inexorável do ser humano, até era uma aspiração do marxismo, que pregava um mundo sem fronteiras. Na verdade, o que nós repudiamos é o neoliberalismo massacrante, frio, atroz, perverso, que realmente caminha para que uma minoria de eleitos do poder econômico usufrua de todo o progresso conquistado pela humanidade ao longo de milênios e possa massacar, cada vez mais, os excluídos dos novos tempos. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, membros da imprensa, participantes das galerias, não poderia deixar de vir a esta tribuna para tecer alguns comentários a respeito da bombástica matéria estampada no jornal "Estado de Minas" de hoje.

Lamentavelmente, observo que a CPI do Sistema Penitenciário não consegue evitar sua obsessão pelos holofotes, comportamento esse adotado desde sua instalação. Não há outra explicação para o que se afirma naquele órgão de imprensa que, aliás, alardeia estar divulgando, com exclusividade, trechos do relatório final ainda não apresentado pelos membros da CPI.

Ora, essa antecipação estranhamente exclusiva, de que se vale aquele diário para divulgar texto contendo graves insinuações contra o Secretário de Estado da Segurança Pública, Delegado Santos Moreira, como os próprios títulos lançados pelo jornal: "Cadeia custa caro", "CPI do Sistema Carcerário levanta suspeita de superfaturamento na construção de presídios em Minas" (chamadas da 1ª página), "Fortuna suspeita em cadeias", "CPI apura que celas em Minas custam mais que apartamentos", é a rematada evidência de que se está expondo pessoas dignas, que vêm pautando sua longa vida profissional por conduta inatacável mesmo no exercício de atividade tão desgastante e arriscada, à execração pública.

Essa não me parece ser uma atitude responsável. Essas autoridades não merecem sofrer tamanha injustiça quase ao final de suas carreiras. Não foi esse o objeto da aprovação da instalação de CPI por esta Casa.

Desejo ler desta tribuna as manifestações do correto Secretário de Segurança Pública, Dr. Santos Moreira, dirigidas ao jornal "Estado de Minas" e à imprensa em geral no dia 23/4/97. (- Lê:)

"Ao editor chefe do Estado de Minas:

A propósito da matéria realizada sobre custo dos presídios em Minas Gerais gostaria de informar o seguinte:

- 1) as licitações públicas e adjudicações das empreiteiras, os projetos, os orçamentos, os custos e as construções das unidades prisionais em Minas Gerais são atividades da estrita competência do Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP, órgão da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas;
- 2) são, portanto, rigorosamente injustas as críticas feitas à administração da Secretaria da Segurança, as quais partem sistematicamente dos preconceitos que setores da imprensa do mundo político e da própria sociedade vêm cristalizando contra o órgão;
- 3) quanto às licitações que cabem à Secretaria de Segurança - nas quais não se enquadram, repita-se, as cogitadas na matéria apontada - já foram motivo de manifestações de aplauso de juristas renomados, como mostra antiga nota à imprensa que divulgamos, mas que, como sempre, não mereceu devido destaque.

Nota à imprensa : A Secretaria de Estado da Segurança Pública, a propósito da matéria publicada no Estado de Minas Gerais desta quarta, 23/4/97 (manchete de primeira página e caderno Gerais), em que dá ampla cobertura ao trabalho da CPI do sistema carcerário, acenando com absurda hipótese de irregularidades no processo de fornecimento de alimentação para condenados, esclarece:

- 1) toda contratação é precedida de rigorosíssima licitação na modalidade da "tomada de preços", a tecnicamente indicada;
- 2) em procedimento profundamente ético, a atual administração consultou dois renomados professores de Direito Administrativo, especialistas em licitações públicas, a quem expôs o seu projeto de trabalho, para as críticas pró-aperfeiçoamento;
- 3) os dois respectivos pareceres, resultado da consciência jurídica, ética e da independência (não policiais) dos professores Fausto Vieira da Cunha Pereira e Carlos Pinto Coelho Mota, figuram como textos de apresentação do edital de licitação;
- 4) entre outros trechos, dizem as mencionadas autoridades:

“ Tenho acompanhado com especial interesse a reformulação que a Secretaria vem processando na área de licitação. Registro, por exemplo, a excelência do edital da Licitação Internacional nº 13/96, que resistiu às mais acuradas análises de interessados, sem sofrer impugnação alguma (...). Essa breve análise foi o bastante para mais uma vez constatar-se o bom momento por que passa a Secretaria de Segurança, no que tange, principalmente, à legalidade e acurácia de seus comunicados, e à competência de sua equipe’ (Carlos Pinto Coelho Mota).

“ Não é difícil perceber a alta relevância do trabalho (...). As ações da Secretaria da Segurança Pública, através de seus dirigentes e servidores, vêm demonstrando que é possível tornarmos a administração pública mais eficiente, eficaz. O compromisso com a coletividade tão bem demonstrada nas ações e a perseguição à eficiência estão claramente comprovadas. E isto me enche de gáudio. E por isso sinto-me lisonjeado e honrado por ter sido lembrado para fazer a apresentação do trabalho destinado às contratações de serviços de alimentação para os presos das cadeias públicas de nosso Estado’. (Fausto Vieira da Cunha Pereira)

- 5) as empresas vencedoras são as que aparecem no quadro anexo, para a capital e região metropolitana. A Comissão Parlamentar de Inquérito ou qualquer cidadão interessado têm franqueada a consulta aos respectivos processos.

Assinado:

Santos Moreira da Silva - Secretário de Estado da Segurança Pública."

Era o que tinha a dizer, por me parecer da mais elementar justiça.

Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - A questão do transporte público na Região Metropolitana de Belo Horizonte tem criado grande polêmica. Belo Horizonte tenta impor, através da BHTrans, regras de transporte e trânsito que desrespeitam a autonomia dos outros municípios que compõem a região metropolitana. Nenhum projeto de transporte e trânsito foi levado, para exame, à Assembléia Metropolitana - AMBEL -, órgão criado por determinação constitucional, com a missão de compor os interesses comuns dos municípios metropolitanos, entre eles o de transporte público. Mesmo sem o aval da AMBEL, a BHTrans leva a efeito um processo de seleção de prestação de serviço de transporte coletivo de forma brusca e, até mesmo, perigosa.

Em recente seminário organizado pela comissão de serviços públicos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ficou claro que a lei então aprovada por aquela Casa, fixando o prazo de prorrogação dos direitos dos atuais prestadores de serviço de transporte público por dez anos, renováveis, não correspondia a critérios muito razoáveis, aliás, também não muito claros na Constituição do Estado.

Entretanto, reconheceu-se que os prestadores do serviço vinham, ao longo do tempo, fazendo grandes investimentos por ordem da BHTrans, tais como modernização da frota e melhoramento da qualidade da prestação do serviço.

A fixação das tarifas e das regras da prestação de serviço sempre ficaram a cargo da BHTrans, que não corre, em nenhum momento, nenhum risco no tocante à execução do serviço.

Portanto, a mudança brusca do critério de delegação para a prestação do serviço pode gerar, para os que não forem contemplados no processo de concorrência, o direito a pleitear indenização pelo investimento que fizeram, pois atenderam às determinações do poder público, e não foram contemplados, como esperavam.

Vende a BHTrans a falsa idéia de que, com a realização da licitação, os problemas de trânsito estarão resolvidos. Não haverá mais engarrafamentos, os ônibus circularão com mais velocidade, os passageiros terão mais conforto, mesmo sendo obrigados a entrar pela porta da frente, enfim, a licitação, por si só, será a solução dos males do transporte público coletivo de Belo Horizonte.

Ora, é evidente que a idéia é falsa. Nenhuma obra viária foi realizada pelo município para melhorar a velocidade comercial da frota. A Rua Jacuí, na esquina com a Avenida Cristiano Machado, por exemplo, continuará a ser o corredor da morte. Persistirão os graves problemas de trânsito na região da Assembléia Legislativa, pelo fato de não ter o município investido em obras de infra-estrutura viária. Deficiências tais podem ser constatadas por todo o município. É fácil perceber que a licitação, por si, não resolve.

Alguns dizem que sou contra a licitação. Engana-se quem assim pensa. Nasci em Belo Horizonte e procuro, na atuação como parlamentar, pensar sempre no que é melhor para a minha cidade. O serviço de transporte público interessa a todos, tanto aos que o utilizam, quanto aos que transitam de automóvel. Portanto, o tema também é do meu interesse, já que é vinculado ao interesse da gente de nossa cidade.

É indispensável buscar uma solução que atenda ao princípio do bom senso. Se o prazo inicialmente fixado pela Câmara Municipal é considerado longo para a prorrogação dos contratos em vigor, não se pode dizer que a interrupção de forma brusca seja razoável. Repito: é indispensável que a BHTrans e a sociedade, representada pelas Câmaras Municipais da região metropolitana, encontrem um caminho que permita a concretização da licitação, preceito constitucional que deve ser observado, com a preservação dos direitos daqueles que, nos momentos mais difíceis, enfrentam dificuldades de toda a ordem para servir à população, prestando, com dignidade, o serviço de transporte coletivo, que era exigido pela BHTrans, dirigido pela Prefeitura de Belo Horizonte. Não é momento de confrontar posições, e sim de buscar soluções, pois os problemas são muitos e só serão resolvidos com a colaboração de todos. Assim, construiremos melhor o nosso futuro.

Quero deixar claro, mais uma vez, que vários projetos deixei na Câmara Municipal, quando Vereador; então, não aceito, de forma nenhuma, que digam que sou contra a licitação. Sou favorável a ela, desde que se estenda a todo o sistema de transporte da região metropolitana. O projeto que deixamos, de ônibus articulado, de terminais urbanos, está sendo adaptado, agora, pelo Governo, como o BHBus. Terminais urbanos, como esse na região do Barreiro, o terminal Diamante, foram projetos que deixei na Câmara, assim como a melhoria no sistema viário e a retirada da rodoviária de Belo Horizonte. Tenho a convicção de que não é licitação que vai resolver o problema de Belo Horizonte; o que vai resolver são obras. Está na hora de o Governo Estadual, juntamente com o Municipal, fazer obras em Belo Horizonte. O Governo Estadual tem feito grandes avenidas; agora perguntamos: o que quer o Prefeito Célio de Castro? E posso, como belo-horizontino, levantar e perguntar: Sr. Prefeito Célio de Castro, o senhor está interessado na licitação ou nos quase 35 milhões que estarão entrando para os cofres da Prefeitura? Muito obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Durval Ângelo - Gostaria de dizer, em nome da CPI do Sistema Carcerário, que somente amanhã o relatório da Comissão será do conhecimento público. Acredito que, se o jornal "Estado de Minas", ou qualquer outro, tivesse cópias do relatório, poderia ter divulgado na íntegra as decisões, que são muitas, poderia dizer até que são centenas. Portanto, acho que o Deputado deveria se dirigir ao jornal, e não à CPI, porque ela vai dar ciência do seu relatório amanhã. O relatório está sendo guardado com sigilo pelos membros da CPI.

Assim, o Deputado Paulo Schettino cometeu um equívoco, porque não dizer uma injustiça, responsabilizando a CPI por esse fato. A CPI conta com o apoio da Mesa desta Casa, através de seu Presidente, Deputado Romeu Queiroz, e com o apoio da opinião pública, pela certeza, pela justeza de seus encaminhamentos, pela coragem com que vem denunciando as mazelas do sistema carcerário, abrindo essa caixa-preta que ficou fechada por muitos e muitos anos. Portanto, eu gostaria de corrigir esse equívoco cometido pelo Deputado Paulo Schettino na sua intervenção.

O Deputado Paulo Schettino - Eu não tenho de me dirigir ao jornal, que está cumprindo o seu papel, pois ele deve divulgar tudo aquilo que considera certo. O jornal "Estado de Minas" é responsável, sério e o mais tradicional de Minas Gerais. Volto a afirmar que não se pode execrar um homem da condição do Dr. Santos Moreira, porque é público, é notório, é a lei do Estado, ou seja, quem constrói cadeia e penitenciária em Minas Gerais não é a Secretaria da Segurança Pública, a Secretaria não tem nada que ver com essas construções. O jornal informa essa situação. Evidentemente, trata-se de um jornal sério, que colocou na sua primeira página: "Com exclusividade". O jornal informa isso. Portanto, estou louvando o jornal "Estado de Minas" porque sempre acreditei muito nele.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, a respeito da manifestação do Deputado Paulo Schettino, gostaria de dizer que ainda não existe um relatório final da CPI do Sistema Carcerário. Iremos nos reunir agora para fechar vários itens desse relatório. A própria Consultoria da Assembléia está ultimando, neste momento, alguns projetos de lei que serão propostos. Estão sendo corrigidos os erros das anotações e os erros de português. É impossível que qualquer órgão, que qualquer pessoa ou mesmo que o Presidente da Assembléia Legislativa tenha esse documento. Nem eu, Presidente da CPI, tenho esse documento. Ninguém tem. A afirmação de que a Secretaria da Segurança Pública é a responsável pelas construções das cadeias não é da CPI do Sistema Carcerário.

A Assembléia Legislativa escolheu a mim e aos outros Deputados componentes dessa CPI. Dirijo-me agora ao Deputado Paulo Schettino. Depois poderíamos dizer de uma grande pressão popular de pedidos de vários segmentos sociais para que a Assembléia intervisse na questão do sistema carcerário de Minas Gerais. Não recebo essa pecha de ter jogado para os holofotes. Reconheço que essa é uma questão que interessa a toda a população de Minas Gerais, que paga quase R\$600,00 por mês para que o Estado tome conta de cada preso. E, em mais de 90% dos casos, há reincidência; acontecerão novos crimes. O que está proposto pelo legislador na Lei de Execução Penal Mineira, ou seja, a ressocialização e a reeducação do preso, não tem sido observado. O Estado não tem retorno do que está gastando. Essa Comissão teve início depois de um apelo, de um clamor dos segmentos da sociedade de Minas Gerais. Eu, a princípio, tive o entendimento de que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que presido, é que deveria cuidar dessa questão. Mas os apelos dos segmentos da sociedade e das igrejas foram tantos que a Assembléia Legislativa instalou essa Comissão. Não por interesse do Deputado João Leite ou de qualquer outro Deputado. A sociedade de Minas Gerais pediu, clamou à Assembléia Legislativa. E nós recebemos do Deputado Romeu Queiroz todo o apoio ao trabalho duro que desenvolvemos. O Deputado Paulo Schettino pôde acompanhar o trabalho algumas vezes. Viajamos e conhecemos no local cada situação. O relatório que sairá, que ninguém tem ainda, é fruto desse trabalho duro e sério, que não foi feito para holofotes. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, como fui citado, gostaria de falar, pela ordem.

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Vou dar a palavra primeiro ao Deputado Raul Lima Neto, pois ele já havia feito a solicitação.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, é pela ordem que quero me voltar agora para os nobres Deputados que compuseram a CPI do sistema carcerário. Essa Comissão, sem dúvida, trabalhou com seriedade e com homens sérios. Conheço o Presidente, nosso companheiro Deputado João Leite, sua integridade e sua competência, pelo fato de ser ele um homem que conhece o principal, que é a palavra de Deus, e, conseqüentemente, torna-se um emissário. Entretanto, Deputado Paulo Schettino, meu nobre Deputado defensor, evidentemente paráclito, está aqui na condição de um parlamentar que representa a classe da segurança pública deste Estado, a qual o colocou neste parlamento.

V. Exa. cumpre cabalmente e com brilhantismo seu ministério. A Comissão apurou isso aí, e só pela verdade chegamos à verdade absoluta. Toda verdade é paralela, a verdade é Deus, e é a justiça que abençoa a nossa nação. Mas o estado das penitenciárias é degradante, terrível, vergonhoso, um verdadeiro lixo, uma demonstração de descaso para com a pessoa humana. Isso foi o constatado por aqueles que foram às delegacias. E este Deputado já foi e viu isso na Furtos e Roubos. Agora, de quem é a culpa? Aí, todos nós temos que convir, a culpa é nossa. A culpa não é só de uma categoria, a da segurança pública. Ela é nossa. Graças a Deus, começamos a reconhecer que a culpa é nossa, é das autoridades que têm o poder para mudar isso. Como podemos querer um modelo exemplar carcerário, se impingimos aos carcereiros, aos detetives, àqueles que cuidam das prisões um salário miserável, esmagador, iníquo? Veio a mim um carcereiro, que conheço, cristão, e posso dizer que é um homem de fé, mostrou-me a sua folha de pagamento; ele tem o nome de Francisco, dois filhos, ganha R\$148,00 mensais, valor líquido. Ora, meu irmão, além disso, o que se investe nas acomodações é quase nada. O que se arrecada com os impostos neste país, para determinadas áreas nunca chega a essas áreas. Há impostos sobre cheques, para estrada, para segurança; se se investisse exatamente o que se recebe, aí sim, teríamos condições de pegar uma categoria e esmagá-la. Recentemente, desta tribuna, mencionávamos a injustiça, inclusive, dos contra-cheques, situação em que se quebrava a isonomia salarial; quanto ganha um Promotor de Justiça, bacharel em Direito, concursado, e quanto ganha um Delegado de Polícia, bacharel em Direito, concursado? É uma classe que vive num subinferno em que os colocamos, e nos eximimos de nossas responsabilidades. Somos nós, e digo isso porque esta instituição é responsável, porque é a instituição das idéias. Demos uma idéia desta tribuna, apenas sabendo que o homem sábio acata as idéias que nascem desta tribuna. E V. Exa., Deputado Paulo Schettino, evidentemente, num corporativismo sadio, levanta-se para defender a sua categoria, mas nós a defenderemos pela verdade. Constatam-se os crimes hediondos, constata-se a violência do homem para com o homem, pelas torturas que são cometidas. Constata-se a violação da Constituição, da Carta das Nações, dos direitos humanos universais, constata-se a todo momento...

(É interrompido pelo Sr. Presidente, em virtude de se ter esgotado o prazo destinado a esta parte da reunião.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/9/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.435, de 1997, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Especifico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Cleuber Carneiro

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" do dia 5/9/97, que exonerou Olímpio da Costa Campos Filho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultados de Julgamento de Licitação

Convite nº 88/97 - Objeto: cartuchos de tinta para impressora HP Deskjet 660C - Licitante vencedora: SPP Nemo S.A. Comercial Exportadora. Convite nº 90/97 - Objeto: fotorreceptores para máquina Xerox 5365 - Licitante vencedora: Xerox do Brasil Ltda.